

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

IGOR DE MENEZES LARRUSCAIM

**O ASPECTO DA RACIONALIDADE NA ECONOMIA INSTITUCIONAL: UMA
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A ANTIGA ECONOMIA INSTITUCIONAL DE
THORSTEIN VEBLEN E A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL DE DOUGLASS
NORTH**

**MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO
(TCC II)**

Sant'Ana do Livramento

2017

IGOR DE MENEZES LARRUSCAIM

**O ASPECTO DA RACIONALIDADE NA ECONOMIA INSTITUCIONAL: UMA
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A ANTIGA ECONOMIA INSTITUCIONAL DE
THORSTEIN VEBLEN E A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL DE DOUGLASS
NORTH**

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas pela Universidade Federal do
Pampa - UNIPAMPA.

Orientador: Ana Luísa de Souza Soares

Sant'Ana do Livramento

2017

IGOR DE MENEZES LARRUSCAIM

O ASPECTO DA RACIONALIDADE NA ECONOMIA INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A ANTIGA ECONOMIA INSTITUCIONAL DE THORSTEIN VEBLEN E A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL DE DOUGLASS NORTH

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Área de concentração: Ciências Econômicas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em dia: __/__/__

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Luísa de Souza Soares

Orientadora

Curso de Ciências Econômicas – Unipampa

Profa. Dra. Debora Nayar Hoff

Curso de Ciências Econômicas – Unipampa

Prof. Ms. Walter Marçal Paim Leães Junior

Curso de Gestão Pública – Unipampa

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

330.t5

L334 Larruscaim, Igor de Menezes Larruscaim

O Aspecto da Racionalidade na Economia Institucional: Uma Análise Comparativa Entre a Antiga Economia Institucional de Thorstein Veblen e a Nova Economia Institucional de Douglass North / Igor de Menezes Larruscaim Larruscaim.

51 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2017.

"Orientação: Ana Luísa de Souza Soares Soares".

1. Economia Institucional. 2. Racionalidade. 3. Thorstein Veblen. 4. Douglass North. I. Título.

“Para fazer uma boa economia, você deve ter
em mente que as pessoas são humanas”

Richard Thaler

RESUMO

A retomada da discussão acerca das instituições na economia, em meados dos anos 1960, denota a necessidade da utilização de teorias e métodos de análise econômica que abarcassem as nuances da realidade econômica que os modelos reducionistas neoclássicos não contemplavam. A economia institucional tem origem nos Estados Unidos no final do século XIX com as obras de Thorstein Veblen. Com seu descontentamento com os modelos teóricos que dominavam o *mainstream* da economia o autor propõe uma abordagem que compreendesse a história, que desconsiderasse o individualismo metodológico e inserisse a compreensão do papel das instituições na economia. O estudo das instituições na economia pela chamada Nova Economia Institucional tem uma proposta diferente da vertente iniciada por Veblen. Douglass North é um dos autores que se inserem neste campo de pesquisa. Apesar da crítica deste autor, ele visa ampliar o escopo de pesquisa neoclássica através da análise das instituições e, não propor uma teoria que a substitua. North também desconsidera o pressuposto de racionalidade utilizado pela ortodoxia econômica, e argumenta que a racionalidade limitada é uma das razões da existência das instituições. Este estudo visa demonstrar e avaliar os aspectos do entendimento de racionalidade adotado por Veblen e por North. E com isso comparar suas diferenças fundamentais e o que isso implica na abordagem teórica de cada autor. Para tanto se utilizou o método analítico comparativo a partir das obras dos autores e de demais autores que escreveram sobre o tema. Concluiu-se que as duas vertentes mostram semelhanças como a consideração dos aspectos históricos dos fenômenos econômicos, a superação do pressuposto de racionalidade ilimitada e informações simétricas da teoria neoclássica, além de evidentemente a importância das instituições. Mas é preciso reconhecer que as propostas são bastante distintas, o que Veblen propõe é uma teoria econômica “evolucionária” multidisciplinar como influência da biologia, psicologia e sociologia. O que North propõe é uma revisão do aparato econômico neoclássico, ainda que considere a história e avance na utilização de teorias cognitivas para interpretar as ações humanas.

Palavras-chave: Economia Institucional, Racionalidade, Thorstein Veblen, Douglass North

ABSTRACT

The resumption of the discussion about institutions in the economy in the mid-1960s shows the need to use theories and methods of economic analysis that encompasses the nuances of economic reality that neoclassical reductionist models did not contemplate. The institutional economy originated in the United States in the late nineteenth century with the works of Thorstein Veblen. With its discontent with the theoretical models that dominated the mainstream of economics, the author proposes an approach that understands history, which disregards methodological individualism and inserts an understanding of the role of institutions in economics. The study of institutions in the economy by the so-called New Institutional Economy has a proposal different from the one initiated by Veblen. Douglass North is one of the authors who inserts into this field of research. Despite the criticism of this author, he aims to broaden the scope of neoclassical research through the analysis of institutions and not to propose a theory to replace it. North also disregards the rationality assumption used by economic orthodoxy, and argues that limited rationality is one of the reasons for the existence of institutions. This study aims to demonstrate and evaluate the aspects of the understanding of rationality adopted by Veblen and North. Moreover, with that to compare their fundamental differences and what that implies in the theoretical approach of each author. For that, we used the comparative analytical method based on the works of the authors and other authors who wrote about the subject. It was concluded that the two aspects show similarities as the consideration of historical aspects of economic phenomena, overcoming the presupposition of unlimited rationality and symmetrical information of neoclassical theory, and of course the importance of institutions. However, it must be acknowledged that the proposals are quite distinct, what Veblen proposes is a multidisciplinary "evolutionary" economic theory as an influence of biology, psychology, and sociology. What North proposes is a revision of the neoclassical economic apparatus, although it considers the history and progress in the use of cognitive theories to interpret the human actions.

Keys-words: Institutional Economy, Racionality, Thorstein Veblen, Douglass North

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS	11
1.1.1 Objetivo Geral	11
1.2 JUSTIFICATIVA	12
1.3 METODOLOGIA.....	13
2. ECONOMIA INSTITUCIONAL.....	15
2.1 A Economia Institucional de Thorstein Veblen.....	15
2.2 A Nova Economia Institucional De Douglass North.....	19
3. A RACIONALIDADE ILIMITADA E LIMITADA.....	23
3.1 A Racionalidade Ilimitada da Teoria Neoclássica	23
3.2 Racionalidade Limitada em Herbert Simon	26
3.3 A Racionalidade na Economia Institucional	27
3.4 O Processo de Causação Cumulativa de Veblen e a <i>Path Dependence</i> Para Douglass North.....	36
3.5 Análise Comparativa da Antiga Economia Institucional de Veblen e a Nova Economia Institucional de Douglass North.....	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

1. INTRODUÇÃO

Por vezes os modelos teóricos bem como o instrumental das vertentes predominantes na economia (o *mainstream*) não conseguem captar de forma satisfatória todas as nuances dos processos econômicos e também sociais. Esta crítica não visa desmerecer os modelos teóricos neoclássicos e nem induzir a um entendimento de que estes não tem funcionalidade alguma para a pesquisa e prática econômica, pelo contrário eles representam um avanço na construção de uma metodologia consistente e bem estruturada com modelos elegantes. O problema que apresentam é que alguns de seus pressupostos como os de agentes econômicos racionais e informações perfeitas quando são confrontadas com a realidade corroboram a afirmação inicial.

De forma diferente, a economia institucional apresenta uma abordagem com pressupostos que se diferenciam dos modelos reducionistas neoclássicos, apresentando novas formas de se analisar os fenômenos econômicos. Neste sentido os princípios dessa abordagem se contrapõem aos fundamentos de equilíbrio, existência de pontos ótimos e racionalidade ilimitada. De uma forma geral, as análises que pretendam partir da abordagem institucionalista devem considerar o caráter dinâmico do processo de desenvolvimento econômico, tanto em nível micro ou macroeconômico, assim como pressupor que em um ambiente econômico existem elementos como conflitos e incertezas (CONCEIÇÃO, 2001, 2002).

O que caracteriza então uma abordagem institucionalista é a relevância do ambiente institucional e as próprias instituições, que têm variadas interpretações dependendo da vertente institucionalista que se analisa. O conceito de instituição é que vai diferenciar as vertentes desse escopo teórico. A origem da análise institucional remete ao chamado “antigo institucionalismo”, principalmente com a contribuição de Veblen e também com os trabalhos de Commons e Mitchel, os autores desta vertente deram maior destaque as instituições, contudo de forma mais descritiva. O que caracterizou a abordagem de Veblen e também seu legado é o fato de realizar a análise econômica fora dos termos de equilíbrio e ajustamento marginal, o que seria o ponto de ruptura com os modelos neoclássicos, as instituições para esse autor podem ser definidas como um conjunto de normas, valores e regras, bem como seu desenvolvimento no tempo, o que aproxima de uma análise econômica evolucionária (CONCEIÇÃO, 2001, 2002).

A crítica presente na obra de Veblen à economia política de sua época recai principalmente ao pressuposto de indivíduos hedonistas dominantes tanto na economia

clássica como no ramo neoclássico. No que tange a esta última vertente, que hoje é tida como *mainstream* econômico, a sua crítica recai justamente a esse postulado simplista e equivocado da natureza humana baseada nos pressupostos hedonistas das ciências sociais do século XIX. Dentro da concepção teórica desta abordagem a atuação dos indivíduos em prol dos interesses próprios, o que ocorria também na elaboração da economia clássica como em Adam Smith, supostamente conduziria a uma situação de otimização. Então este postulado “estava[m] organizado[s] de modo que suas explicações aduzissem os fins para os quais os eventos socioeconômicos se dirigiriam”. Neste sentido uma análise evolucionista na qual Veblen se aproxima considera que o processo evolutivo “é neutro¹ quanto ao bem-estar humano ou quaisquer outros fins”. (VEBLEN, [1909], 1994 apud CAVALIERI, 2013, p.15).

As proposições teóricas da antiga economia institucional datam do final do século XIX e início do século XX, mas da segunda metade do século XX em diante passa a desenvolver-se no âmbito acadêmico uma retomada da análise das instituições com a chamada “Nova Economia Institucional” (NEI). Os principais autores desta vertente são Ronald Coase, Oliver Williamson, e Douglass North o autor de mais destaque. A NEI aborda principalmente os aspectos microeconômicos inserindo a análise de contratos, organização industrial, direitos de propriedade à história econômica. A evolução do trabalho de Douglass North mostra estas características a medida em que esse autor avança de uma análise histórico- institucional para a elaboração de uma teoria econômica institucional. Essa transição é marcada pela constatação do autor de que um processo de evolução institucional pode ser mais relevante para o desenvolvimento econômico do que aprimoramentos tecnológicos. Nesta evolução de sua teoria são introduzidos conceitos como a ideologia, incerteza e custos de transação, etc. (CONCEIÇÃO, 2001; GALA, 2003).

O que North propõe não é uma teoria da dinâmica econômica que seja comparável com a teoria de equilíbrio geral, mas fornecer um referencial analítico que melhore a compreensão da evolução histórica das economias. Dessa forma não há um rompimento com a teoria neoclássica, mas sim uma modificação nesta. Os pressupostos de concorrência neoclássica e escassez são mantidos e o que muda é o conceito de racionalidade e se insere o fator tempo. Neste escopo as instituições se configuram nos incentivos existentes em uma sociedade, e o tempo é referente às mudanças econômicas e à forma de aprendizado do ser

¹ Aqui neutro implica dizer que não existe nada que garanta a otimização das “ações deliberadas como meios para perseguir os fins instintivos”, e por outro lado também “os ambientes social e natural como estruturas cambiantes dificultam a adaptação tanto dos instintos como das instituições em cada momento histórico”. A natureza desta crítica é o que caracteriza a proposta de abordagem da antiga economia institucionalista, principalmente na obra de Veblen (CAVALIERI, 2013).

humano que afeta a evolução destas instituições. Assim as “instituições são as restrições humanamente concebidas que estruturam a interação humana” e podem ser classificadas como formais (regras, leis) ou informais (convenções, comportamentos). As instituições presentes em uma sociedade, bem como a tecnologia empregada nesta definem os custos de transação, quando estes não existem se pode obter os mercados eficientes neoclássicos (NORTH, [1993], 2010).

O que fica claro entre as abordagens apresentadas é o conceito de instituições como elemento central nestas análises. E isto ocorre mesmo com a diferenciação aparente entre as vertentes institucionalistas. Sendo a antiga com uma proposta de análise econômica mais próxima dos pós-evolucionistas com a crítica ao agente hedonista e maximizador de utilidade presente na análise marginalista com seus pressupostos reducionistas. Já a NEI não rompe com os pressupostos balizares da economia neoclássica, mas insere a análise das instituições e custos de transação, principalmente. Mesmo com diferenças consideráveis, o que se mostra em comum entre as duas vertentes é a consideração da história no processo econômico assim como o tempo como fator moldador dos hábitos ou modelos mentais e principalmente a análise das instituições como elemento central.

Deste modo a diferença mais relevante destas vertentes em relação à abordagem ortodoxa mais tradicional (mesmo na NEI) é que a ideia de que as instituições conseguem abarcar elementos da realidade que são dados ou nem considerados nos modelos neoclássicos, como a consideração de assimetria de informações e o comportamento dos agentes serem distintos em razão das instituições existentes onde estes se inserem. Neste contexto por apresentar uma perspectiva dos processos econômicos de uma forma mais apurada por considerar elementos dinâmicos e mais complexos da realidade: **como a economia institucional em suas variantes se diferencia na análise dos agentes econômicos quanto à racionalidade no processo econômico das análises tradicionais? E como o elemento da racionalidade é afetado pelas instituições e como pode influenciar nestas?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o aspecto da racionalidade do agente econômico dentro das abordagens da Economia Institucional Vebleniana e da Nova Economia Institucional e as mudanças desse elemento entre as duas visões.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Apresentar as distinções entre as vertentes institucionalistas quanto à concepção de instituições e como essas influenciam a dinâmica econômica.
- Descrever a percepção sobre os agentes econômicos e da racionalidade no processo de decisão econômica na abordagem neoclássica.
- Identificar como os agentes econômicos no processo de decisão econômica são influenciados pelas instituições e como as influenciam.

1.2 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho se mostra relevante, pois propõe uma avaliação mais apurada do tratamento do aspecto da racionalidade do agente econômico dentro das vertentes da economia institucional. Esta abordagem vem ganhando maior destaque no âmbito acadêmico principalmente com as análises da Nova Economia Institucional, que retoma a discussão do papel das instituições na economia, mas de forma distinta dos antigos institucionalistas, como já foi abordado na introdução. Esse maior interesse na área pode ser explicado pelo fato de a economia institucional abarcar elementos em sua análise que as teorias tradicionais, geralmente estáticas, não consideram em seu escopo. O estudo das instituições incorporam aspectos como evolução histórica de uma sociedade, seu comportamento, cultura, etc. Então nesse fato é que reside a relevância de um estudo mais apurado do comportamento dos agentes econômicos, no que tange a racionalidade.

Se a abordagem institucional tem a capacidade de gerar um resultado que represente os elementos mais complexos da realidade econômica é importante que se discuta o seu método de análise e ressalte esses aspectos. O fato deste estudo ter seu foco no elemento da racionalidade, é porque este tem papel fundamental na estruturação no pressuposto do *homo economicus* das teorias neoclássicas. A consideração de um agente que não possui uma racionalidade plena (nos termos neoclássicos) permite às abordagens institucionais avaliar os elementos mencionados que interagem e formam as instituições, podendo traçar parâmetros tanto em nível micro quanto macroeconômico.

Este estudo pretende então trazer uma contribuição para esta área de pesquisa que vem se expandindo, tendo um foco principal na análise do pressuposto de racionalidade assumido por esta, contrastando com as teorias do *mainstream*.

1.3 METODOLOGIA

Para que possa ser alcançado o objetivo principal, assim como os demais, serão utilizados os métodos analítico e comparativo. De acordo com Munhoz (1989, p. 21) o método analítico “procura examinar detidamente os componentes de um todo para esse fim desagregado”. Por este motivo esta metodologia se mostra adequada para a proposta da pesquisa que é dar destaque ao aspecto da racionalidade na Economia Institucional, mas para isso é preciso analisar também a representação da realidade a partir de sua base conceitual. Ainda conforme Munhoz (1989, p. 21) “o método analítico não pode ser visto como tendo um fim em si mesmo”, visto que uma pesquisa detalhada visa chegar a uma conclusão sobre o objeto de estudo. Então a análise tende a gerar conclusões dentro da proposta que é a análise da racionalidade e como essa interage, afeta e é afetada com as instituições.

Ainda em conjunto ao método analítico será utilizado o método comparativo. De acordo com Gil (2008, p. 16) este método “procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles”. Sua aplicação se justifica então por possibilitar uma avaliação comparativa entre grupos sociais, elementos de uma estrutura, concepções teóricas, etc. (GIL, 2008; MARCONI, LAKATOS, 2003). Como entre os objetivos geral e específico do trabalho estão descrever e posteriormente analisar os aspectos da racionalidade entre as vertentes do pensamento institucionalista e a concepção neoclássica a comparação se faz necessária.

Considerando os objetivos que se buscam alcançar neste estudo, que não vão além de uma discussão dentro do âmbito conceitual das abordagens, a natureza desta pesquisa quanto ao seu conteúdo é teórica. Segundo Munhoz (1989, p. 29) a pesquisa teórica “compreende os trabalhos onde predomina o interesse puramente científico do investigador.” Como os objetivos não passam da proposta da busca por maior compreensão e comparação sobre o tema de pesquisa, bem como proporcionar um entendimento de caráter científico, pela comparação de duas perspectivas teóricas, da antiga e da nova economia institucional, não propondo novos pressupostos ou aplicações pode-se entender que é um trabalho estritamente teórico.

Passada a etapa de definição do sistema conceitual de pesquisa é necessário estabelecer os métodos de investigação ou as técnicas que possibilitaram a investigação do objetivo proposto. Como o estudo visa destacar um elemento de duas teorias distintas, o meio para a coleta de dados e posterior comparação será a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é realizada exclusivamente através da averiguação de materiais já publicados referentes ao tema, principalmente livros e artigos científicos (GIL, 2008; MARCONI, LAKATOS, 2003). Neste sentido a análise dos dados neste estudo ocorrerá a partir de livros e artigos científicos referentes ao tema da Economia Institucional e suas vertentes, assim como sobre a Economia Neoclássica para uma possível comparação entre essas.

2. ECONOMIA INSTITUCIONAL

Definir a Economia Institucional como um núcleo teórico ou campo de pesquisa específico não é uma tarefa simples. São inúmeras as diferenças entre a abordagem Institucional Vebleniana e a abordagem da Nova Economia Institucional, mas essencialmente a grande distinção está no conceito de instituição. Mesmo que ambas as abordagens possuam seu escopo teórico em um mesmo conceito, muitos dos seus enfoques são inconciliáveis. Nesse aspecto a Economia Institucional de Veblen se opõe frontalmente à economia ortodoxa, e propõe uma teoria econômica evolucionária, onde as instituições funcionam de forma decisiva na dinâmica de uma sociedade. Já o programa de pesquisa da Nova Economia Institucional incorpora a análise das instituições para a solução de problemas dos custos de transação, mas não se propondo a criar uma nova teoria, mas ser um complemento da abordagem neoclássica (CONCEIÇÃO, 2001, 2002; CAVALCANTE, 2007; RUTHERFORD, 2001). Para que se possa evidenciar estas divergências a revisão bibliográfica a seguir trará a conceituação da Economia Institucional de Veblen e posteriormente da Nova Economia Institucional.

2.1 A Economia Institucional De Thorstein Veblen

Thorstein Veblen pode ser considerado como o precursor da Antiga Economia Institucional e também o autor de maior influência desta vertente. A proposta de teoria econômica de Veblen parte da crítica à economia ortodoxa, ou seja, os autores clássicos e neoclássicos principalmente, ainda que tenha abordado diversas correntes de pensamento econômico. Ainda que o termo “economia institucional” só tenha sido cunhado posteriormente², o artigo de Veblen *Why is Economics not an Evolutionary Science* publicado em 1889 contém as bases da economia pós-evolucionária proposta pelo autor. Nesta publicação Veblen faz a crítica à economia ortodoxa por não ser uma ciência evolucionária. Neste sentido a teoria econômica dominante na época era uma teoria pré-revolucionária, dominada por um princípio teleológico, ou seja, implicam a “causalidade do fim” (CAVALCANTE, 2007; CAVALIERI, 2013).

Para Veblen ([1898], 2010), mesmo que a economia possua um “realismo” pela análise insistente dos fatos através dos dados, isso não garante a ela um caráter evolucionário,

² O termo “economia institucional” foi cunhado por Walton Hamilton em 1919 (CAVALCANTE, 2007).

já que a mera enumeração dos dados econômicos não proporciona um conhecimento teórico consistente. Uma ciência evolucionária deve ser a “teoria do processo, de uma sequência que se desdobra”. Assim, a diferença existente entre as ciências pré-evolucionárias e pós-evolucionárias é que na segunda a explicação envolve “cadeias de causa e efeito” e na primeira “os fenômenos econômicos são explicados em termos de algum propósito” (VEBLEN, [1898], 2010, p. 47; CAVALCANTE, 2007, p. 51).

A crítica de Veblen à economia ortodoxa passa pelo caráter teleológico presente tanto em autores clássicos como Adam Smith como nos autores marginalistas que pressupunham que o auto interesse dos agentes conduziria a economia à uma situação de bem-estar ou equilíbrio. Este pressuposto implica ao mercado um caráter de animismo, o que pode “ser entendido como uma modalidade de explicação científica que formula leis naturais que guiam os eventos econômicos para uma dada finalidade”, ou seja, possui um sentido teleológico (CAVALCANTE, 2007, p. 53). Neste sentido a antiga economia institucional se propõe a colocar as instituições como um elemento central de análise, diferentemente da tradição neoclássica onde o indivíduo e sua racionalidade plena são um dos principais eixos de análise. O que define então os autores institucionalistas como evolucionários é o fato de negarem que a economia possa ser explicada em torno da noção de equilíbrio ou do ajustamento marginal, e pensarem na economia como um processo dinâmico, dando maior importância às suas mudanças e transformações históricas (GUEDES, 2000; CONCEIÇÃO, 2002).

Ainda que os autores da antiga economia institucional passassem a ter como unidade central de análise as instituições e sua dinâmica, esse conceito presente no trabalho de Veblen, só é reconhecido posteriormente, até mesmo pelo fato de o autor “nunca ter conseguido desenvolver um sistema teórico adequado nesta área” (HODGSON, 2004a, p. 343, tradução nossa)³. No entanto, é imprescindível que se defina o que se entende por instituição na obra de Veblen. Para Conceição (2002, p.122) o “conceito de instituição em Veblen pode ser resumido como um conceito de normas, valores e regras e sua evolução”. Estes fatores advêm de um processo seletivo onde a dinâmica do processo de seleção em uma sociedade ou economia define seus hábitos e modos de ser, como também estes moldarão os mesmos fatores no futuro. Desta forma, o aspecto histórico se torna bastante relevante e isto sugere que “a relação entre a atividade humana, as instituições e a natureza evolucionária do processo econômico definiria diferentes tipos de economia” (CONCEIÇÃO, 2002, p.122).

³ Do original: However, despite his achievement, he did not develop an adequate or systematic theory in this area (HODGSON, 2004a, p. 343).

Assim como ocorre nas demais espécies, a vida humana em sociedade é um processo de adaptação seletiva. As instituições que moldam uma sociedade no presente passaram pelo processo de evolução da estrutura social onde estas sobreviveram. A evolução das instituições humanas pode ser entendida como “uma seleção natural dos hábitos mais aptos” no processo adaptativo que ocorre no desenvolvimento de uma comunidade (VEBLEN, [1899], 1983, p.87). As instituições são então:

O resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalentes, ou dominantes, de atitudes e aptidões espirituais; são ao mesmo tempo métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficientes de seleção. De modo que as instituições em mudança levam por seu turno a uma ulterior adaptação do temperamento individual e seus hábitos ao ambiente mutável, mediante a formação de novas instituições (VEBLEN, [1899], 1983, p.87).

O processo de seleção ou coerção das instituições mostra a sua dinâmica, e que elas não são fatores perenes ou imutáveis. “As instituições mudam e, mesmo através de mudanças graduais, podem pressionar o sistema, por meio de explosões, conflitos e crises, levando a mudanças de atitudes e ações”. Nessa evolução das estruturas sociais, as instituições não só moldam o comportamento da comunidade e dos indivíduos, criando formas de seleção, mas também são moldadas pelos hábitos existentes neste meio (CONCEIÇÃO, 2002, p.123). Esse último conceito de hábito tem papel fundamental na dinâmica da proposta de uma análise evolucionária das instituições em Veblen, então é relevante defini-las.

Para os autores da antiga economia institucional, principalmente Veblen, os hábitos são a base para a ação humana e suas crenças. De acordo como Hodgson (1998, p. 178, tradução nossa) ⁴ o “hábito pode ser definido como uma propensão em grande parte não deliberativa e auto-atuante para se envolver em um padrão de comportamento previamente adotado.” Ainda conforme o autor o hábito é autossustentável e não-reflexivo tendo um caráter repetitivo. Nesse sentido as instituições se formam e se propagam em um meio social, visto que os hábitos são comportamentos inerentes às habilidades cognitivas e são assimiladas dentro das instituições. Os indivíduos adquirem os hábitos antes que a “razão, a comunicação, a escolha ou que a ação sejam possíveis” (HODGSON, 1998, p.178; GUEDES, 2000, p.5). Para Veblen (2013, [1898]) o processo de relação dos hábitos com a ação humana baseada nestes se dá da seguinte forma:

Uma linha de ação habitual constitui uma linha de pensamento habitual, e dá o ponto de vista a partir do qual fatos e eventos são apreendidos e reduzidos a um corpo de

⁴ Do original: “Habit can be defined as a largely non-deliberative and self-actuating propensity to engage in a previously adopted pattern of behavior.” (HODGSON, 1998, p. 178)

conhecimento. O que é consistente com o curso habitual de ação é consistente com a linha de pensamento habitual, e dá o fundamento definitivo do conhecimento, bem como o padrão convencional de complacência ou aprovação em qualquer comunidade. Por outro lado, um método de vida, uma vez compreendido, assimilado no pensamento, trabalha no esquema da vida e se torna uma norma de conduta, simplesmente porque o agente de pensamento e conhecimento também é agente de atuação (VEBLEN, 2013[1898], p.195, tradução nossa)⁵.

O modo de agir dos indivíduos é moldado a partir da interação com o meio onde este se insere, então uma linha de ação habitual forma uma linha de pensamento habitual o que constitui um corpo de conhecimento, ou seja, uma determinada forma de entender os fatos. Segundo Commons (1924, p.45 apud HODGSON, 1998, p.180, tradução nossa)⁶ “Quando um hábito passa a fazer parte de um grupo social ou cultura eles evoluem para rotinas ou costumes.”. Neste processo de evolução de um hábito as instituições emergem como um conjunto duradouro de hábitos e rotinas e esses dois elementos por sua vez “Preservam, particularmente o conhecimento tácito em relação às habilidades, e as instituições atuam através do tempo como seu cinturão de transmissão.” (HODGSON, 1998, p.180, tradução nossa)⁷.

O processo de formação, edificação e seleção das instituições passam decisivamente pelo condicionamento dos hábitos de uma comunidade. Os hábitos então ganham relevância na dinâmica institucionalista pelo papel que assumem na formação e mudança das instituições, o que denota o caráter evolucionário proposto por Veblen. A aplicação de termos como “seleção natural” para descrever as mudanças nos hábitos e instituições não é por acaso, as associações com termos provenientes da biologia converge para a análise evolucionária. Neste sentido, o ambiente social por meio das instituições tem a capacidade de afetar o ambiente natural alterando comportamentos através dos hábitos, ocorrendo também o contrário em determinado período temporal. Cabe ressaltar que a negação do individualismo metodológico, onde o agente define o todo, não corrobora o coletivismo metodológico, onde o todo determina a parte, “indivíduos e instituições são mutuamente constitutivos” (HODGSON, 2004; GUEDES, 2000, p.4; CAVALIERI, 2013).

⁵ Do original: A habitual line of action constitutes a habitual line of thought, and gives the point of view from which facts and events are apprehended and reduced to a body of knowledge. What is consistent with the habitual course of action is consistent with the habitual line of thought, and gives the definitive ground of knowledge as well as the conventional standard of complacency or approval in any community. Conversely, a processor method of life, once understood, assimilated in thought works into the scheme of life and becomes a norm of conduct, simply because the thinking, knowing agent is also the acting agente (VEBLEN, 1989, p.195).

⁶ Do original: When habits become a common part of a group or a social culture they grow into routines or costumes (HODGSON, 1998, p.180).

⁷ Do Oriniginal: preserve knowledge, particularly tacit knowledge in relation to skills, and institutions act through time as their transmission belt (HODGSON, 1998, p.180).

O indivíduo em Veblen então é “composto por instintos, hábitos e racionalidade”⁸, mesmo que o ambiente tenha uma influência direta em seu comportamento, “há uma parcela instintiva e peculiar de cada indivíduo”. Essa interação entre a ação individual, hábitos, e o ambiente demarca a evolução institucional. A mudança institucional vai eliminando os hábitos que não se adaptam, assim como os que são aceitos são reforçados e se enraízam no ambiente social. Portanto “um processo de mudança institucional é cumulativo, se autoreforça, e, como unidade de seleção em um ambiente em evolução, está sujeito a mutação e seleção” (ÀVILA, 2010, p.36-37; VEBLEN, 1912 apud LOPES, 2013, p.630).

2.2 A Nova Economia Institucional De Douglass North

Em meados da década de 1960 o estudo das instituições passa a ganhar notoriedade novamente no campo de pesquisa econômica. No entanto, o novo programa de pesquisa em torno da economia das instituições possui um viés bastante distinto da antiga economia institucional iniciada por Veblen, Commons e Michels. A Nova Economia Institucional (NEI)⁹, como foi assim denominada, tem como principais autores Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North. Diferentemente da antiga economia institucional os autores da NEI não desejam substituir o *mainstream* econômico, pelo contrário, visam ampliar as possibilidades da teoria neoclássica. Com isso são mantidos os pressupostos da concorrência e da escassez, levando a um foco maior para a análise microeconômica. O que realmente se modifica em relação à abordagem neoclássica é o pressuposto da racionalidade e se acrescenta o fator tempo. A modificação do pressuposto da racionalidade plena para a racionalidade limitada permite a inserção da análise histórica dentro do escopo de pesquisa neoclássico (NORTH, [1993], 2010, CAVALCANTE, 2007; CONCEIÇÃO, 2002; GUEDES, 2000).

Como o que diferencia as duas vertentes do institucionalismo, além das divergências metodológicas e de proposições teóricas, é o conceito de instituições podendo estas corresponderem as formas de comportamento ou normas formais (CONCEIÇÃO, 2002), para North ([1993], 2010) o conceito de instituições pode ser definido assim:

Instituições são as restrições humanamente concebidas que estruturam a interação humana. Elas são feitas de restrições formais (regras, leis, constituições), de restrições informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto impostos) e de suas respectivas características impositivas. Juntas, elas definem a estrutura de incentivos das sociedades e, especificamente, das economias (NORTH, [1993], 2010, p.16).

⁸ Racionalidade aqui é entendida como a capacidade de utilizar a razão, não como racionalidade instrumental.

⁹ O termo foi designado por Williamson (CAVALCANTE, 2007).

A relação das instituições com o desempenho econômico é central nessa análise, as “Instituições formam a estrutura de incentivos de uma sociedade, e as instituições políticas e econômicas, em consequência, são os determinantes subjacentes do desempenho econômico.” Isto não implica, também, que as instituições conduzam necessariamente as economias para o desenvolvimento econômico, elas não se formam para “serem socialmente eficientes, mas elas, ou pelo menos as regras formais, são criadas para servir aos interesses daqueles que têm o poder de barganha para criar novas regras” (NORTH, [1993], 2010, p.15-17). Ao colocar as instituições no eixo central do processo de desenvolvimento ou evolução das economias ou sociedades, North define a relação com a abordagem neoclássica através do conceito de custos de transação estabelecidos por Coase (1960) e Williamson (1985) (CONCEIÇÃO, 2002).

A inserção dos custos de transação na análise das instituições leva a teoria da firma neoclássica para uma abordagem não convencional onde a “história econômica, economia dos direitos de propriedade, sistemas comparativos, economia do trabalho e organização industrial” tem função relevante (CONCEIÇÃO, 2002, p.129). Além das instituições, a tecnologia empregada em uma economia irá determinar os custos de transação. A obtenção de mercados eficientes só pode ser alcançada na ausência de custos de transação, e quando esses existem as instituições são importantes. Na realidade, os mercados eficientes só são criados quando existe um forte padrão de concorrência estabelecido através da arbitragem e amplo acesso a informação. No entanto, tais requisitos só ocorrem excepcionalmente e instituições representam um rompimento destas exigências. E como estas não são formadas necessariamente para serem eficientes os custos de transação são positivos, reduzindo o poder de barganha dos agentes e a eficiência dos mercados (NORTH, [1993], 2010).

Além das instituições que podem ser entendidas como as “regras do jogo”, há dois outros conceitos essenciais no arcabouço teórico de North: organizações e indivíduos (jogadores). As organizações são um grupo de indivíduos em conjunto que visam atingir determinados objetivos. As organizações podem ser de diversos fins como organismos políticos, econômicos, sociais e de ensino (partidos políticos, empresas, sindicatos, igrejas, universidades). As instituições existentes em uma economia determinam as oportunidades que são propiciadas às organizações. Se a matriz instrucional é propícia à pirataria, então esta existirá, caso essa matriz recompense as atividades produtivas então essas terão um ambiente propício para o crescimento. A mudança econômica então ocorre a partir das escolhas que os indivíduos e empresários das organizações realizam diariamente. Embora grande parte dessas

decisões envolvam decisões corriqueiras, parte delas pode envolver alteração de regras formais, assim como as formas de comportamento em relação às trocas vão sendo modificadas. Nos dois casos as instituições são alteradas e é pela interação entre estas e as organizações que ocorre a mudança institucional de uma economia (CAVALCANTE, 2007; NORTH, [1993], 2010).

Quanto ao conceito de indivíduo aí reside a principal crítica à teoria neoclássica adotada por North. A crítica recai principalmente a adoção, pelos neoclássicos, de pressupostos de ação dos agentes e sua capacidade de responder aos estímulos do ambiente. Para a teoria neoclássica os indivíduos agem sempre no intuito de maximização da riqueza. Porém há motivações no indivíduo que não podem ser explicadas por esse modelo, como o altruísmo, a ideologia, etc. Nesse aspecto, para North (1990 apud TOYOSHIMA, 1999), essas motivações também podem ser medidas a partir do instrumental neoclássico pela quantidade de utilidade que elas geram. Outro aspecto criticado pelo autor refere-se à concepção de comportamento humano, adotado pelos neoclássicos, é a capacidade de processamento das informações. No esquema teórico neoclássico as informações são perfeitas, e quando não são a arbitragem do mercado premia os agentes que tomaram a decisão correta e elimina os que fizeram a avaliação errada. Neste caso não existiriam custos de transação. Para corrigir esta limitação North rechaça o pressuposto da racionalidade substantiva e adota o pressuposto de racionalidade limitada (CAVALCANTE, 2007; TOYOSHIMA, 1999). O aspecto da racionalidade limitada será tratado mais a frente neste trabalho.

A adoção do pressuposto de racionalidade limitada consegue abarcar análises mais próximas da realidade, onde os custos de transação são positivos e em razão disso os indivíduos modificam regras habituais e normas para facilitar as transações. A existência desses custos implica então no surgimento de instituições que permitirão a redução de tais custos, permitindo que os jogadores aumentem suas utilidades. Contudo se a evolução das instituições de uma sociedade propiciar normas e situações para que as trocas sejam eficientes, logo os ganhos das organizações e indivíduos serão positivos em relação as suas perdas, fomentando um bom desempenho econômico para esta sociedade (CAVALCANTE, 2007; TOYOSHIMA, 1999). A análise da dinâmica institucional de uma sociedade possibilita a compreensão da evolução de sua história econômica, e conforme North (1991) pode ser entendido da seguinte forma:

Ao longo da história, as instituições foram concebidas pelos seres humanos para criar ordem e reduzir a incerteza em troca. Juntamente com as restrições padrão da economia, eles definem a escolha e, portanto, determinam os custos de transação e

produção e, portanto, a rentabilidade e a viabilidade de se engajar na atividade econômica. Eles evoluem de forma incremental, conectando o passado com o presente e o futuro; a história em consequência é em grande parte uma história de evolução institucional em que o desempenho histórico das economias só pode ser entendido como parte de uma história sequencial. As instituições fornecem a estrutura de incentivo de uma economia; à medida que essa estrutura evolui, ela molda a direção da mudança econômica em direção ao crescimento, estagnação ou declínio (NORTH, 1991a, p. 97, tradução nossa)¹⁰.

Desta forma, nas mudanças na matriz institucional, as instituições definirão os incentivos presentes em uma sociedade. A partir da criação de uma instituição ela se autorreforça em uma determinada estrutura, sendo elas produtivas ou improdutivas. Tal mecanismo de autorreforço denota como as instituições passadas influenciam na estrutura institucional presente e como esta vai influenciar a matriz institucional futura. E essa ligação entre passado, presente e futuro através da história é o que pode ser definido como *path dependence*. A estabilidade e permanência das instituições no tempo se devem as mudanças nos incentivos; neste contexto o tipo de aprendizagem pela qual os indivíduos de uma sociedade passam é relevante. O tipo de aprendizagem inclui não só as experiências presentes como as experiências passadas materializadas na cultura. A transmissão desse conhecimento no tempo através da cultura é que vai definir a *path dependence*, com isso a aprendizagem e a mudança institucional são processos incrementais e tem implicações diretas no percurso econômico das sociedades (NORTH, [1993], 2010; TOYOSHIMA, 1999; GALA, 2003).

Para um melhor entendimento da crítica realizada por North ao arcabouço teórico da economia neoclássica é preciso discutir o pressuposto de racionalidade tomado por este autor. Esse princípio acaba balizando o desenvolvimento da estrutura teórica de suas proposições, que apesar de não fornecerem uma teoria acabada e alternativa à teoria do equilíbrio, se propõe a complementar essa, ampliando seu campo de estudos através da análise das instituições. A próxima seção será dedicada à exposição do conceito de racionalidade adotada pelos autores neoclássicos.

¹⁰ Do original: Throughout history, institutions have been devised by human beings to create order and reduce uncertainty in exchange. Together with the standard constraints of economics they define the choice set and therefore determine transaction and production costs and hence the profitability and feasibility of engaging in economic activity. They evolve incrementally, connecting the past with the present and the future; history in consequence is largely a story of institutional evolution in which the historical performance of economies can only be understood as a part of a sequential story. Institutions provide the incentive structure of an economy; as that structure evolves, it shapes the direction of economic change towards growth, stagnation, or decline.

3. A RACIONALIDADE ILIMITADA E LIMITADA

Essa seção se destina a destacar as principais abordagens sobre a racionalidade dentro da teoria econômica. A primeira abordagem a ser apresentado é o de racionalidade ilimitada presente na escola neoclássica. Em seguida é apresentada a abordagem de racionalidade ilimitada proposta por Herbert Simon e está vinculada a abordagem da Nova Economia Institucional. Na sequência são apresentados as preposições teóricas sobre a racionalidade e o comportamento do indivíduo e das organizações para Veblen e North. Nesta seção também será realizada a análise comparativa entre as construções teóricas desses dois últimos autores e os aspectos referentes à racionalidade presentes em suas teorias.

3.1 A Racionalidade ilimitada da teoria neoclássica

A sistematização das teorias econômicas que emergiram a partir do século XIX exigia um corpo de fundamentos e pressupostos consistentes para sua formalização como uma teoria científica. Este processo se destaca a partir da revolução marginalista que demarca a passagem de análise mais voltada para questões macrosociais – pois além da organização econômica, incorporavam também valores morais - da Escola Clássica, para o individualismo metodológico, pelo qual é possível estabelecer o equilíbrio do sistema econômico em um nível micro a partir dos comportamentos dos consumidores e firmas. Jevons, Walras e Menger foram responsáveis pela inserção da análise da utilidade decrescente, os dois primeiros autores tem maior influência sobre o *mainstream* econômico pela formulação matemática de suas teorias. A obra de Walras vai além, e tem como maior contribuição o desenvolvimento da Teoria do Equilíbrio Geral, que foi aprofundando posteriormente por Vilfredo Pareto e que culminou nos modelos de Arrow-Debreu (HOFMANN; PELAEZ, 2008; SALLES; CAMATTA, 2014).

Para Prado (1994a) os pressupostos que fundamentam a abordagem neoclássica, quanto à motivação dos indivíduos, estão relacionados à sua capacidade cognitiva e padrão de desempenho. O primeiro pressuposto diz que os indivíduos tomam decisões independentes, indiferentemente da onde se inserem, suas preferências são autônomas. O segundo pressuposto considera a racionalidade do indivíduo cognitiva e instrumental, os agentes têm informações perfeitas e plena capacidade de processamento dos estímulos. Já o terceiro pressuposto assume que os agentes buscam seu auto-interesse, ou seja, ele busca sempre maximizar sua utilidade.

De acordo com Herscovici (2015, p. 787) o núcleo duro da vertente neoclássica da economia, de uma forma geral, também é estruturado a partir de elementos das motivações dos agentes (consumidores e produtores) como a teoria do valor utilidade subjetivo e a hipótese da ergodicidade, na qual os agentes maximizam suas funções de lucro e utilidade por terem pleno conhecimento das quantidades e preços praticados no mercado. Pela hipótese da ergodicidade não existe incerteza, o que permite entender a racionalidade substantiva, o conhecimento absoluto das condições de mercado permitem aos agentes tomar as melhores decisões, eles “elaboram racionalmente suas expectativas, as probabilidades subjetivas convergem para o valor das probabilidades objetivas e, em média, eles não cometem erros de previsão”.

A partir da evolução e estruturação do programa de pesquisa neoclássico, o pressuposto da utilidade marginal¹¹ demarca o comportamento dos agentes, “estes são racionais e obedecem à regra de maximização do prazer e minimização do custo de produzir ou consumir uma unidade adicional de um bem.” (SALLES; CAMATTA, 2014, p.85). Como o agente sempre fará a escolha que lhe possibilite o maior grau de utilidade, de acordo com suas preferências, à racionalidade econômica na Teoria Neoclássica é definida como otimizadora. Uma situação ótima, definida por Pareto (1848-1923), aprofunda o Equilíbrio Geral Walrasiano, e esta ocorre quando os agentes em interação não conseguem aumentar sua utilidade sem reduzir a dos demais. Com uma dada distribuição de renda, o ótimo de Pareto indica a situação correspondente à situação de melhor eficiência social (HERSCOVICI, 2015; ÁVILA, 2010).

Os modelos de equilíbrio geral estabelecidos na década de 1950 através dos trabalhos de Arrow-Debreu consolidam o postulado da racionalidade ilimitada como um postulado básico do escopo neoclássico. Desta forma a construção do equilíbrio geral e consequente associação a um ótimo de Pareto fazem sentido apenas em função dos elementos da heurística positiva empregados na teoria neoclássica. Que se constitui pelo individualismo metodológico, a hipótese de homogeneidade e demais condições de concorrência perfeita. O individualismo metodológico permite que as relações entre os agentes em um mercado sejam substituídas pelo Leiloeiro Walrasiano, já que as preferências individuais são exógenas e não dependem dos outros agentes, a interação entre as dotações e preferências dos agentes permite

¹¹ A utilidade marginal (UMg) “mede a satisfação adicional obtida pelo consumo de uma unidade adicional de determinado bem.” Relacionado a este conceito está o de utilidade marginal decrescente: “à medida que consome mais de determinada mercadoria, quantidades adicionais que forem consumidas vão gerar cada vez menos utilidade (PINDYCK, RUBINFELD, 2002).

compatibilizar as decisões de oferta e demanda realizando o *market clearing* (STEINGRABER; FERNANDEZ, 2013; HERSCOVICI, 2015).

Pelo pressuposto da homogeneidade os bens ofertados possuem as mesmas características para um conjunto de consumidores. Desta forma, como a qualidade é dada, os agentes determinam suas cestas de bens de acordo com suas preferências subjetivas. A dimensão objetiva na determinação da utilidade e conseqüente equilíbrio de mercado se dão pela homogeneidade dos bens; como as características são as mesmas, o sistema de preços fornece todas as informações relativas à qualidade. Logo, em um modelo de equilíbrio geral os agentes têm pleno alcance das informações para tomar às decisões que maximizem sua utilidade, então as informações devem ser simétricas. Os agentes têm conhecimento sobre suas dotações, sobre os bens transacionados e os preços estão dados. Desta forma o indivíduo é sempre capaz de realizar a escolha que otimiza suas utilidades, então o indivíduo neoclássico é racional em sentido forte, nunca cai em contradição (HERSCOVICI, 2015; PRADO, 1994).

O pressuposto de racionalidade nesta vertente é entendido como “a capacidade de escolher um curso de ação que melhor satisfaz os objetivos do indivíduo, em determinadas condições e a partir do emprego dos meios aí existentes”. De modo geral, a racionalidade é cognitiva e instrumental. É cognitiva porque as condições de ação e de emprego do meio estão dadas. E é instrumental “porque concerne à coerência dos objetivos, mas nunca se envolve com a questão de saber se estes são corretos, justos ou bons”. Quando surgido nas versões mais antigas ligadas diretamente à filosofia utilitarista, o pressuposto assumia que os indivíduos poderiam calcular índices de satisfação podendo ordená-los em uma escala. Já nas teorias mais modernas assume-se que os indivíduos têm a capacidade de ordenar seus objetivos em uma escala de preferências. Assim uma ação é tida como racional quando obedece a determinadas restrições impostas (axiomas) a uma escala de preferências. “A partir do conjunto de axiomas, desenvolve-se então, as teorias ditas da escolha racional de um modo estritamente demonstrativo” (PRADO, 1996, p. 25-26).

Desta forma, a noção de racionalidade da Teoria Neoclássica e suas características são tidas como “algo trivial que faz parte do conjunto de termos primitivos da ciência econômica e que não requer qualquer esclarecimento” (PRADO, 1996, p.26). De forma resumida o conceito de racionalidade pode ser entendido de acordo com Blaug¹² (1999 apud STEINGRABER; FERNANDEZ, 2013, p.129):

¹² BLAUG, M. Metodologia e Economia ou como os economistas explicam. Edusp: São Paulo, 1999.

A tentativa de derivar todo o comportamento econômico a partir da ação de indivíduos em busca da maximização de suas vantagens, sujeitos aos obstáculos da tecnologia e das alocações. Isso é o que se chama postulado de racionalidade, que figura de forma inexpressiva em todo o argumento neoclássico (...) racionalidade significa escolher de acordo com uma ordem de preferências que é completa e transitiva, sujeita à informação perfeita (BLAUG, 1999 apud STEINGRABER; FERNANDEZ, 2013, p.129).

A racionalidade, assim, é um dos pilares da construção do núcleo duro da teoria neoclássica, mas só faz sentido levando em consideração os demais pressupostos como a homogeneidade dos bens e as informações simétricas. Somente sob estas condições se chegará a uma situação de equilíbrio ou ótimo de Pareto.

Posto isso, é preciso ressaltar que o individualismo metodológico empregado nesta abordagem indica que a soma dos comportamentos dos agentes, tentando maximizar suas utilidades, perante aos axiomas estabelecidos, conduz a uma situação de equilíbrio (ÁVILA, 2010). Isto implica que o agente neoclássico é de modo teleológico racional. Sob esta suposição de racionalidade o homem é “capaz de dar finalidade às suas ações e ao que as suas ações produzem, surge de um modo intransparente como um ser sujeitado a um funcionamento maquinal, determinante de seu comportamento” (PRADO, 1994b, p.6).

3.2 Racionalidade Limitada em Herbert Simon

Nos anos 1950 com a afirmação da Teoria do Equilíbrio-Geral proposta nos trabalhos de Arrow-Debreu dentro do núcleo duro da economia neoclássica, o princípio da racionalidade ilimitada se consolida como um dos pressupostos balizares do *mainstream* econômico. Ainda nesta década Hebert Simon apresenta o conceito de racionalidade limitada dos agentes como uma alternativa ao postulado do indivíduo maximizador. O conceito proposto por Simon amplia o entendimento sobre o comportamento dos indivíduos relativo aos aspectos microeconômicos, relaxando alguns dos rígidos pressupostos da vertente neoclássica. O autor considerava que, mesmo que os agentes tenham um comportamento que vise à maximização de suas utilidades, estes estão sujeitos a cometer erros e omissões, o que naturalmente leva à resultados que são apenas satisfatórios e não ótimos (STEINGRABER; FERNANDEZ, 2013).

A alternativa apresentada por Simon (1955) com o argumento da racionalidade limitada, é elaborada a partir da refutação de dois pressupostos da economia neoclássica: o do sistema econômico ergódico e a homologia entre o mundo do modelo e o mundo real. Quanto ao primeiro pressuposto, este implica que as contingências futuras podem ser antecipadas,

logo não existem imprevistos futuros. Quanto ao segundo pressuposto, a construção dos modelos por meio de axiomas, corresponde apenas à prova lógica e não à empírica. Mesmo que se considere que os axiomas não são arbitrários, o resultado do processo econômico não pode ser infalível, visto que uma parte considerável dos eventos futuros é imprevisível. A racionalidade limitada, então, representa a flexibilização de algumas hipóteses em relação à racionalidade ilimitada, tentando apresentar os limites existentes da capacidade de cálculo e cognição dos agentes econômicos (MELO; FUCIDJI, 2016; STEINGRABER; FERNANDEZ, 2013).

De acordo com Koblitz (2008, p.257) as críticas aos modelos de escolha racional feita por Simon (1955) as seguintes hipóteses assumidas nesses modelos: “à consistência das preferências e crenças dos agentes; ao conhecimento e consideração das alternativas viáveis; à informação sobre a relação entre alternativas e consequências.” Quanto a primeira hipótese, esta estabelece que os agentes são capazes de definir uma relação binária transitiva. O que quer dizer que eles podem estabelecer uma ordem fraca sobre bens a serem escolhidos. A segunda hipótese é uma representação de um mundo estático, onde as alternativas estão “dadas”. Não podendo explicar como as alternativas de cursos de ação surgem, elas apenas estão presentes no cenário. A terceira hipótese representa a capacidade de maximização do indivíduo racional, no sentido neoclássico. Em situação onde os resultados são conhecidos os indivíduos sempre escolherão a alternativa que mais lhe traz bem-estar. Isto impossibilita qualquer ação diante de incerteza e só se concretiza em cenários estáticos (KOBBLITZ, 2008).

3.3 A Racionalidade na Economia Institucional

Diferentemente da economia neoclássica onde a partir da concepção da teoria da escolha racional onde a análise vai em direção à teoria dos preços, equilíbrio, etc., a antiga economia institucional, principalmente em Veblen, propõe uma análise econômica baseada no conceito de hábitos e sua influência sobre as organizações humanas. Uma das principais objeções de Veblen à economia neoclássica é que para o autor esta assume uma concepção equivocada da natureza humana. A consideração dos agentes como fundamentalmente hedonísticos implica que estes são passivos ao sistema econômico e as preferências seriam exógenas. (HODGSON, 1998; CAVALCANTE, 2007; CONCEIÇÃO, 2002; CAVALIERI, 2013).

Em contraposição ao caráter teleológico das teorias da escolha racional, Veblen (1909) defende que: “as crenças e mecanismos psicológicos que se deparam com a deliberação e as

preferências também deveriam ser explicadas em termos de sequência de causa e efeito, pela força de elementos como habituação e requisitos convencionais”¹³, o que rejeita a suposição de indivíduo dado em um sistema econômico (VEBLEN, 1909, p.626 apud HODGSON, 2004a, p.350, tradução nossa). Na concepção de Veblen os agentes inertes e passivos contradizem a realidade, a suposição de escolha racional não consegue captar todas as situações e preferências existentes e nem explicar como estas surgem. Para o autor a ação individual e as preferências ocorrem pela seleção dos hábitos presentes em uma sociedade, e da consequente formação e permanência das instituições decorrentes desse processo (HODGSON, 2004a). A dinâmica institucional, então, é endógena a uma economia e conseguiria captar melhor como a ação e as escolhas são realizadas ou formadas.

A construção da proposta analítica dos fenômenos socioeconômicos de Veblen passa pela crítica do indivíduo modelo, ou representativo, do “agente hedonista”. Isto porque a interpretação marginalista não conseguia capturar aspectos relevantes do comportamento humano como as rotinas e hábitos de vida e pensamento. Da mesma forma, o autor criticava a interpretação em que o comportamento era determinado exclusivamente pela estrutura social. Considerava, então, que as ciências econômicas deveriam “seguir uma trajetória teórica que relacionasse estrutura e indivíduo - sem negligenciar ou supervalorizar um ou outro - de forma a considerar o processo contínuo e processual de construção dos comportamentos.” Logo, a dinâmica institucional proposta por Veblen vai sendo construída através das categorias “Instintos-Hábitos-Instituições” (NEUBERGER; SILVA; CÁRIO, 2017, p.4).

A primeira categoria elencada, a de “instintos”, teria uma função singular dentro da proposta de economia evolucionária de Veblen, pois representam os atributos humanos e sua relação com o processo de seleção das instituições. Os instintos seriam propensões inatas que provocam ou influenciam o comportamento humano. No entanto, o autor diferencia a categoria de instintos do que ele define como ações “tropismáticas”¹⁴. Estas últimas seriam ações realizadas por mero reflexo ou atitude não deliberada, enquanto que as primeiras implicam algum grau de deliberação consciente (NEUBERGER; SILVA; CÁRIO, 2017; CAVALIEIRI, 2013). De acordo com a própria definição de Veblen ([1914] 1994):

Os instintos devem ser definidos ou descritos nem em termos mecânicos das aptidões anatômicas ou fisiológicas que os causam ou que entrem em ação no funcionamento de qualquer dado instinto, nem em termos de movimentos de

¹³ Do original: the psychological beliefs and mechanisms that lay behind deliberation and preferences had also to be explained in terms of a sequence of cause and effect, by force of such elements as habituation and conventional requirements

¹⁴ Termo cunhado por Veblen (1989).

orientação ou táxis envolvidos no funcionamento de cada um. [...] A característica distintiva pela marca de que um determinado instinto é identificado é encontrada no caráter particular da finalidade a que ele dirige. "Instinto", como contra distinto da ação tropismática, envolve consciência e adaptação a um fim visado em si. (VEBLEN, [1914] 1994, p.4, tradução nossa)¹⁵.

Os instintos são classificados por Veblen ([1914] 1994) em diferentes grupos: instinto do trabalho eficaz (tendência a realizar trabalhos que tenham um sentido prático); instinto predatório (relacionado à competição); instinto parental (preservação da prole e gerações futuras; instinto da curiosidade (tendência a elaborar explicações coerentes da realidade). As propensões instintivas definem as “finalidades” do comportamento humano e a partir disso vão sendo criados meios para cumprir esses fins. Os instintos vão se modificando ao longo do processo evolutivo, dando origem à hábitos e instituições (que seriam os meios criados), que acabam tornando-se relações mais complexas e autônomas à aqueles, podendo até sobrepor alguns dos instintos mais básicos (NEUBERGER; SILVA; CÁRIO, 2017; CAVALIEIRI, 2013; CAVALCANTE, 2007). Veblen ([1914] 1994, p. 6) explicita essa proposição:

A dependência do esquema da vida no complemento das propensões instintivas torna-se menos imediata, uma vez que uma lógica mais ou menos estendida de meios vem intervindo entre o fim instintivamente dado e sua reação; e as linhas de relação entre qualquer proclividade instintiva dada e qualquer característica particular da conduta humana são tanto mais tortuosas e redutoras quanto mais difíceis de traçar. Quanto maior o grau de inteligência e quanto maior o corpo de conhecimento disponível atual em qualquer comunidade, mais extensa e elaborada será a lógica dos meios interpostos entre esses impulsos e sua realização, e mais variável e complicado será o aparato de expedientes e recursos empregados para acompanhar esses fins que são instintivamente valiosos (VEBLEN, [1914] 1994, p.6, tradução nossa)¹⁶.

Mais importante que o conceito de instintos dentro da dinâmica institucional vebleniana é a categoria de hábitos. De acordo com Hodgson (2008, p.2, tradução nossa)¹⁷

¹⁵ Do original: the instincts are to be defined or described neither in mechanical terms of those anatomical or physiological aptitudes that causally underlie them or that come into action in the functioning of any given instinct, nor in terms of the movements of orientation or taxis involved in the functioning of each. [...]The distinctive feature by the mark of which any given instinct is identified is to be found in the particular character of the purpose to which it drives. "Instinct," as contra-distinguished from tropismatic action, involves consciousness and adaptation to an end aimed at (VEBLEN, 1914, p.4).

¹⁶ Do original: Yet the dependence of the scheme of life on the complement of instinctive proclivities hereby becomes less immediate, since a more or less extended logic of ways and means comes to intervene between the instinctively given end and its realisation; and the lines of relation between any given instinctive proclivity and any particular feature of human conduct are by so much the more devious and round-about and the more difficult to trace. The higher the degree of intelligence and the larger the available body of knowledge current in any given community, the more extensive and elaborate will be the logic of ways and means interposed between these impulses and their realisation, and the more multifarious and complicated will be the apparatus of expedients and resources employed to compass those ends that are instinctively worthwhile (VEBLEN, 1914, p.6).

¹⁷ Do original: Unlike instinct, a habit is a propensity that is moulded by environmental circumstances and transmitted culturally rather than biologically (HODGSON, 2008, p.2).

“Ao contrário do instinto, um hábito é uma propensão que é moldada por circunstâncias ambientais e transmitida culturalmente em vez de biologicamente.” Os mecanismos subjacentes ao hábito são em grande maioria inconscientes, que mesmo assim podem pressionar a consciência humana. A repetição de comportamentos é um mecanismo importante no estabelecimento de um hábito. No entanto, ao se adquirir um hábito não necessariamente ele será utilizado indeterminadamente, pois ele corresponde a uma propensão de exercer um determinado comportamento em um certo número de situações. Então eles são sempre um comportamento potencial e, podem ser desencadeados ou reforçados por algum estímulo ou em determinado contexto (HODGSON, 2008).

Segundo Cruz (2014) os hábitos de pensamento quando disseminados pela sociedade geram as instituições, e estas podem estar prescritas em leis e normas ou estarem entremeadas à cultura de uma comunidade. Estas últimas tornam-se comportamentos que parecem óbvios ou tidos como a maneira normal ou correta de se agir sem nenhuma prescrição legal-normativa que exija isto. Na definição de Veblen ([1914] 1994, p. 6-7) este processo ocorre da seguinte maneira:

Este aparato de maneiras e meios disponíveis para a busca de tudo o que vale a pena procurar é, substancialmente, uma questão de tradição do passado, um legado de hábitos de pensamento acumulado através da experiência das gerações passadas. [...] Sob a disciplina da habituação, essa lógica e aparato de formas e caminhos cai em linhas convencionais, adquire a consistência de costume e prescrição, e assume um caráter institucional e força (VEBLEN, [1914] 1994, p. 6-7, tradução nossa)¹⁸.

As maneiras de interação entre o indivíduo e o ambiente social ocorrem através dos hábitos de vida. Na dinâmica que ocorre entre as categorias “instintos-hábitos-instituições”, os hábitos correspondem a um elo de retroalimentação entre a natureza humana das propensões instintivas e os hábitos de pensamentos que ternam convenções sociais (instituições). O hábito então funciona como um mecanismo psicológico que determina incentivo ou restrições às ações humanas. Quando este se torna predominante em um grupo, os indivíduos passam a agir de forma semelhante e os hábitos se reproduzem e se reforçam dentro da estrutura social. Desta forma emergem as instituições, a sua seleção e manutenção também dependem diretamente dos hábitos de pensamentos vigentes em uma sociedade. Instituições que não se adequem aos hábitos de pensamento de uma comunidade tendem a desaparecer ou serem

¹⁸ Do original: This apparatus of ways and means available for the pursuit of whatever may be worth seeking is, substantially all, a matter of tradition out of the past, a legacy of habits of thought accumulated through the experience of past generations. [...] Under the discipline of habituation this logic and apparatus of ways and means falls into conventional lines, acquires the consistency of custom and prescription, and so takes on an institutional character and force.

ineficientes, visto que estes últimos decorrem de um processo histórico (NEUBERGER; SILVA; CÁRIO, 2017; LOPES, 2013).

A função dos hábitos na dinâmica entre “instintos-hábitos-instituições” está no cerne da proposta teórica de Veblen e é essencial para se compreender o conceito de natureza humana e ação individual, assim como também o entendimento de racionalidade presente em sua obra, ainda que o autor não utilize expressamente este último termo. Para a compreensão do entendimento de Veblen sobre a racionalidade Monastério (2005) apresenta dois termos definidos por Veblen ([1919] 2010) como “fundamentos básicos do conhecimento teórico”, que são: a razão suficiente (*sufficient reason*) e a causa eficiente (*efficient cause*). O conceito de razão eficiente trata de como o futuro determina as ações presentes. Já a causa eficiente é impessoal, objetiva e determinística, e diz respeito às relações de causa e efeito, não havendo reflexão por parte do agente (MONASTÉRIO, 2005; VEBLEN, [1919] 2010).

Para Veblen (1919] 2010) a teoria econômica de sua época conseguia captar apenas a razão suficiente, mas uma avaliação correta do comportamento humano deveria incluir as relações de causa e efeito. A razão suficiente está relacionada ao caráter teleológico da ação humana, visto que os agentes sempre buscam um certo objetivo. O comportamento habitual traz uma relação com o conceito de causa eficiente, pois não abrem espaço para a reflexão sobre os resultados das ações, sendo então não-teleológico. Na abordagem de Veblen então a análise do comportamento humano deve incorporar esses dois conceitos, o que equivale a dizer “que a conduta humana é motivada por fatores racionais e habituais, conjuntamente” (MONASTÉRIO, 2005, p.5).

Nesse sentido, Da Silva (2010, p.292) afirma que “ação é dotada de um sentido teleológico, emoldurada pela inteligência e pela definição de determinados objetivos, também dela participa aquilo que está inconsciente ou fora do alcance da racionalidade imediata.” A ação social para Veblen não fica então restrita a um caráter instintivo (na definição vebleniana) ou teleológico do comportamento, mas também considera aquilo que está posto pela estrutura social e é tido como um hábito de pensamento. Assim pode-se resumir o desempenho do homem em sociedade “pela confluência da motivação biológica, do suporte sócio histórico e da racionalidade.” A relação entre as categorias de instintos e hábitos quanto ao comportamento humano é definida por Veblen (1934, [1964]) da seguinte maneira:

Como outros animais, o homem é um agente que atua em resposta a estímulos produzidos pelo ambiente em que vive. Como outras espécies, ele é uma criatura de hábitos e propensões. Entretanto, em grau mais elevado que as outras espécies, o homem medita sobre o conteúdo dos hábitos que o guiam, e avalia a tendência desses hábitos e propensões. Ele é notavelmente um agente inteligente. Por

necessidade seletiva, ele é dotado com uma inclinação para as ações intencionais (VEBLEN, 1934, [1964], p. 80 apud MONASTÉRIO, 2005, p.5-6).

Na Nova Economia Institucional de Douglass North as objeções à teoria neoclássica já são distintas das realizadas por Veblen. Ela se propõe a realizar uma modificação na teoria neoclássica, mudando o pressuposto da racionalidade e inserindo a dimensão do tempo. North considera que na realidade, geralmente as informações são assimétricas e a capacidade computacional das informações pelos agentes é restrita, com isso os agentes não conseguem alcançar decisões ótimas. Como base em sua teoria institucional ele defenderá então a utilização do conceito de racionalidade limitada proposta por Hebert Simon. A racionalidade aqui, não significa mais chegar a uma situação ótima, mas encontrar a maneira possível para se alcançar determinados fins, pela circunstância de informação limitada e pela existência de incerteza. Aqui o conceito de modelos mentais se mostram relevantes para sustentar o esquema teórico de North (NORTH, [1993], 2010; GALA, 2003).

A construção do conhecimento passa pelo desenvolvimento de uma estrutura que se constitui a partir de experiências e suas interpretações. Nisso North ([1993], 2010) destaca que:

A arquitetura inicial da estrutura é genética, mas o andaime subsequente é um resultado das experiências do indivíduo. As experiências podem ser classificadas em dois tipos — aquelas provenientes do ambiente físico e aquelas provenientes do ambiente linguístico sociocultural. As estruturas consistem em categorias — classificações que evoluem gradualmente desde a infância para organizar nossas percepções e manter o controle da nossa memória dos resultados analíticos e das experiências. Com base nessas classificações, formamos modelos mentais para explicar e interpretar o ambiente — geralmente de maneira relevante para algum objetivo (NORTH, [1993], 2010).

Os modelos mentais tendem a evoluir refletindo as interpretações dos sentidos das novas experiências e estas podem reforçar os modelos já existentes ou modifica-los, tudo isso corresponde à aprendizagem. Os modelos mentais, assim, podem ser modificados a partir de novas experiências. Estes também são à base das ideologias e crenças que fundamentam as escolhas dos agentes. Uma herança cultural, por exemplo, pode reduzir a diferença entre os modelos mentais das pessoas em uma sociedade e transferir para outras gerações percepções específicas sobre religiões, mitos e dogmas, etc. É através das instituições que as estruturas de crenças e conhecimentos se transformam em estruturas sociais e econômicas, seja pelas regras formais ou normas de comportamento; com isso a relação entre os modelos mentais e as instituições é tangente. “Os modelos mentais são representações internas que cada sistema cognitivo cria para interpretar o ambiente, as instituições são os mecanismos externos (à

mente) que os indivíduos criam para estruturar e ordenar o ambiente” (NORTH, [1993], 2010, p.22).

Alguns modelos mentais são compartilhados de forma intersubjetiva. Modelos similares facilitam a interação entre diferentes indivíduos (novas experiências) permitindo que haja comunicação entre eles e que estes compartilhem seu aprendizado. A dinâmica de aprendizado presente na abordagem de North (1994) considera que ele ocorre dentro de um determinado conjunto de conceitos e este também pode modificar a estrutura de conceitos e modelos mentais. Nesta perspectiva, a categoria de ideologia tem uma função relevante. Assim como as instituições ela pode ser entendida como uma forma de modelo mental. Ela pode ser definida como um “quadro compartilhado de modelos mentais que os grupos de indivíduos possuem que fornecem tanto uma interpretação do meio ambiente como uma receita sobre como esse ambiente deve ser estruturado” (DENZAU; NORTH, 1994, p.2, tradução nossa)¹⁹.

A ideologia, enquanto um modelo mental, é uma percepção subjetiva que cada indivíduo possui para explicar o ambiente a sua volta. E isto ocorre tanto no âmbito individual do entendimento de mundo dos agentes, como em modelos mentais amplamente compartilhados. Desta forma os indivíduos internalizam algumas regras do jogo, porque consideram estas adequadas à sua visão de mundo e não por alguma imposição normativa. As visões de mundo dos indivíduos são delineadas por visões normativas de como o mundo deveria estar organizado. Denzau e North (1994) destacam o papel fundamental dos modelos mentais compartilhados na transmissão de conhecimentos entre gerações. Nesse processo as ideologias (representações internas), assim como as instituições (representações externas), surgem como formas de modelos cognitivos que ajudam a reduzir a incerteza em um ambiente complexo (CAVALCANTE, 2014; LOPES, 2013).

Os modelos subjetivos de cognição que cada indivíduo utiliza para compreender o ambiente, e as conseqüentes escolhas que estes indivíduos vão tomar a partir desses modelos são conseqüência tanto da difusão do conhecimento científico como, também, do conhecimento através da herança cultural de cada sociedade. Neste último caso a cultura serve como um transmissor de padrões de comportamento que evoluem para reduzir os problemas de trocas. As mudanças de preços relativos têm uma influência clara nos modelos de interpretação do ambiente criados pelos indivíduos, gerando uma inconsistência entre os

¹⁹ Do original: ideologies are the shared framework of mental models that groups of individuals possess that provide both an interpretation of the environment and a prescription as to how that environment should be structured (DENZAU, NORTH, 1994, p.2).

retornos gerados e os retornos obtidos e pelos modelos esperados de acordo com os modelos subjetivos. Mas elas não são suficientes para explica-los, as ideias importam. A evolução dos modelos mentais que moldam a forma como os indivíduos fazem suas escolhas em uma sociedade ocorre através da “combinação de mudanças nos preços relativos filtrados através das ideias culturalmente condicionadas que são geradas”²⁰ (NORTH, 1991b, p.486, tradução nossa).

As mudanças de preços relativos surgem como uma forma de restrição imposta pelo ambiente institucional. Os modelos mentais utilizados para interpretar as mudanças dessa economia, mesmo aqueles que atuam diretamente no processo decisório, estão condicionados ao ambiente político e econômico externo. Assim o que “molda os modelos subjetivos em evolução que os humanos usam para fazer escolhas é a interação entre a evolução das ideias culturalmente condicionadas, as restrições impostas pelo quadro institucional existente e a consistência entre resultados percebidos e previstos”²¹. As mudanças externas que ocorrem repentinamente podem transmitir sinais imprecisos, e podem ser interpretados de forma divergente entre diversas pessoas e grupos. Esta confusão ocorre pela dificuldade em modificar o ambiente em que a trajetória desta economia se consolidou (NORTH, 1991b, p.487, tradução nossa).

North (1991b) usa o exemplo do Mundo Ocidental e dos países do Terceiro Mundo e países socialista, para demonstrar como ocorre a evolução desses modelos subjetivos. No primeiro caso, o que caracteriza o Mundo Ocidental é o quadro institucional de economias de mercado, que se ajustaram para resolver parcialmente os custos associados a Segunda Revolução Industrial permitindo a esses países obter economias de alta-renda pelo potencial produtivo das novas tecnologias. No caso das economias do Terceiro Mundo e socialistas a matriz institucional implicou em que estes países tivessem que incorrer nos custos da Segunda Revolução econômica e desfrutar apenas parcialmente do potencial produtivo das novas tecnologias. A queda dos custos de informação decorrente das novas tecnologias alterou tanto as inconsistências entre retornos obtidos e alcançados, mas também apresentou modelos alternativos para resolução de problemas econômicos aos agentes (NORTH, 1991b).

²⁰ Do original: what accounts for the evolving subjective models that shape choices in a society is the combination of changes in relative prices filtered through the culturally conditioned ideas that are generated (NORTH, 1992, p.486).

²¹ Do original: what shapes the evolving subjective models that humans use to make choices is the interplay among the evolution of culturally conditioned ideas, the constraints imposed by the existing institutional framework, and consistency between perceived and predicted outcomes (NORTH, 1992, p.486).

Desta maneira, o que North (1991b) destaca é que o conjunto de oportunidades que são estabelecidos pela matriz institucional geram as organizações e grupos de interesse de uma economia. E deste processo “as externalidades de rede resultantes refletem a interdependência simbiótica entre as regras existentes, restrições institucionais complementares e os interesses dos membros das organizações criados como consequência do quadro institucional.”²² Com isto, mudanças nas percepções subjetivas quanto à eficácia do ambiente institucional vigente geram instabilidade política e social. Uma mudança nas normas formais como em direitos de propriedade, por exemplo, deve ser sustentado por regras informais consistentes para gerar auto-reforço e ter o efeito projetado. No entanto, as normas de comportamento, como as instituições informais, mudam de forma mais lenta que as instituições formais; o mesmo acontece com os processos auto-reforçantes, até mesmo porque essas mudanças são implementadas, pelo menos em parte, pelas organizações e grupos de interesses voltados ao quadro institucional antigo (NORTH, 1991b, p.487-488).

Como já discutido, as restrições institucionais podem ser então formais ou informais e elas funcionam como uma limitação ou incentivo às relações humanas, logo funcionam como “regras do jogo” que moldam a conduta dos indivíduos. Nesse sentido as instituições tem como função primordial reduzir a incerteza em um ambiente complexo, tornando-o mais estável, mas não necessariamente mais eficiente. Ainda que a constituição de instituições busquem estabilidade ao ambiente e isto pareça implicar uma forte rigidez quanto a mudança, as instituições estão evoluindo constantemente geralmente se modificando de maneira incremental. O que denota, novamente, o papel que a história tem na dinâmica institucional proposta por North (1990) e como ela influencia o comportamento e a tomada de decisões dos agentes (AREND; CÁRIO; ENDERLE, 2012).

Desta forma, como a proposta teórica de North considera o ambiente econômico com a presença de incerteza, o autor adota o pressuposto de racionalidade processual. Essa proposição busca abranger a análise da motivação dos agentes e a compreensão do ambiente. Quanto à motivação dos agentes, estes são incapazes de tomar decisões ótimas seja pelas informações limitadas ou capacidade computacional limitada. Assim os indivíduos criam modelos mentais subjetivos para compreender este ambiente e regular suas ações dentro dele. Aqui reside toda a influência da história na construção destes modelos, já que a herança cultural tem influência direta na formação deste. Logo, seu escopo teórico destaca a

²² Do original: The resulting network externalities reflect the symbiotic interdependence among the existing rules, the complementary informal constraints, and the interests of those members of organizations created as a consequence of the institutional framework (NORTH, 1991b, p.486).

importância de se considerar a história na formação dos ambientes institucionais que definem a conduta dos atores, mas também avança para uma teoria da cognição a partir dos conceitos de modelos mentais e ideologias (GALA, 2013; ABRAMOVAY, 2004).

3.4 O Processo de Causação Cumulativa de Veblen e a *Path Dependence* para Douglass North

A relação da seleção e perpetuação das instituições em Veblen está diretamente relacionada às noções e analogias darwinianas que o autor aplica a suas propostas teóricas, e pode ser entendida através do conceito de causação cumulativa. Este termo diz respeito à “questão de intencionalidade, que deriva da causalidade e dos princípios darwinianos de seleção, variação e herança.” A proposta de uma ciência econômica “pós-darwiniana” de Veblen está pautada fundamentalmente no detalhamento e análise das sequências causais aplicadas aos fenômenos econômicos. O termo de causação cumulativa serve para explicar sequências cumulativas de causa e efeito, aplicadas as cadeias históricas que incorrem nas instituições. O desenho institucional que se forma em “certo espaço econômico, decorre de como operaram os processos de seleção, variação e herança ao longo de sua trajetória evolutiva” (CONCEIÇÃO, 2012, p.119).

O processo de mudança cumulativa em estruturas sociais e econômicas ocorre através de uma “sequência cumulativa” de causação, o que não implica que isso seja progresso. A sua proposição abrangia até a formação de instituições que atrapalham o desenvolvimento das atividades econômicas em determinadas sociedades. Isto implica que a visão histórica para Veblen “é opaca, absurda, porque não apresenta qualquer tendência benevolente em sua trajetória futura; logo, o curso da ação humana mais parece um voo cego (*blind drift*) do que um projeto a ser perseguido.” A falta de significado ou de existência de um sentido histórico, permite que pelo transcurso da história se forme e sejam reforçadas as instituições que contribuem para a melhoria dos processos econômicos (FERRARI FILHO; CONCEIÇÃO, 2009, p. 116).

A evolução das instituições se configura como uma modificação cumulativa, então. Esta evolução está intimamente ligada ao papel dos hábitos e instituições sobre a tomada de decisão. O hábito em Veblen se configura em propensões, em parte, “não deliberativas e auto-

atuante para se envolver em um padrão de impulso interno adotado anteriormente.”²³ Nesse sentido, os hábitos têm consequência direta sobre o comportamento dos agentes. Todo o processo histórico progresso de indivíduos ou de uma sociedade reflete sobre as instituições atuais, ou seja, “as comunidades contemporâneas têm um sistema de hábitos de pensamento historicamente estabelecido.”²⁴ Desta forma as novas experiências são variações das que ocorreram anteriormente. As mudanças de padrões ocorrem de forma gradual e em grande parte das vezes não substitui por completo o padrão estabelecido anteriormente. Esse processo de mudança institucional é um processo cumulativo e esse “processo cumulativo auxilia na construção de relacionamentos impulsivos internos”²⁵ (ALMEIDA, 2015, p.229, tradução nossa).

A partir do conceito de causação cumulativa de Veblen, Hodgson (2002) propõe um termo denominado como “*reconstitutive downward causation*” para demonstrar esse processo cumulativo onde os indivíduos são influenciados pelo ambiente, mas também tem a capacidade de moldá-lo. Este conceito pode ser sintetizado como:

Que as instituições exercem forte influência sobre os indivíduos (mais especificamente sobre o seu comportamento), mas os indivíduos são agentes ativos que podem alterar as instituições sociais. Em ambos os casos a relação pode ser reconstitutiva, em que tanto indivíduos como instituições podem ser profundamente modificados. [...] a evolução institucional deve ser vista a partir da interação entre instintos, hábitos, crenças e ação humana. Para o autor, os hábitos representam os meios a serem utilizados para a satisfação dos desejos instintivos e interação no sentido de influenciar o comportamento porque estão muito relacionados ao processo de evolução biológica e social dos agentes (LOPES, 2013, p.629).

Já na Nova Economia Institucional de Douglass North os incentivos ou restrições existentes em uma sociedade decorrem de sua matriz institucional, o surgimento, manutenção ou extinção das instituições dependem do auto - reforço que estas sofrem a partir do conceito de *path dependence*. Este conceito determina a influência do passado, ou da história de uma forma geral, sobre o presente e futuro de uma sociedade. A cultura como expressão da aprendizagem acumulada de gerações passadas é que determina essa dependência da trajetória. Essa trajetória também não garante que as experiências acumuladas por uma sociedade são as mais adequadas para resolução de problemas existentes. Considerar a história de uma sociedade possibilita entender como se dá a dependência do seu passado

²³ Do original: Taking habits into consideration, Hodgson (1998) defines the Veblenian concept of habit as a largely non-deliberative and self-actuating propensity to engage in a previously adopted pattern of inner impulse–good relationship (ALMEIDA, 2015, p.229).

²⁴ Do original: contemporary communities have a historically established system of habits of thought (ALMEIDA, 2015, p.229).

²⁵ Do original: Thus, this cumulative process assists the building of inner impulse–good relationships (ALMEIDA, 2015, p.229).

quanto ao conjunto de restrições e incentivos existentes em uma economia (NORTH, 2010, [1993]; VALDISSIEVO, 2008).

A mudança institucional além de estar ligada ao conceito de *path dependece* é também determinada pelo conceito de *lock in*. Esse conceito surge a partir dos trabalhos de Paul David e Brian Arthur sobre a análise da relação de retornos constantes na escolha de padrões tecnológicos; North (1990) considera que esta relação também ocorre na dinâmica institucional (TOYOSHIMA, 1999; GALA, 2003). Essa relação é descrita por Fiani (2002, p.50) citando North (1990, p.94) que destaca que é necessário considerar as causas de *path dependece* em tecnologias, visto que estas causam a situação de *lock-in* e, que seriam elas: “custos fixos significativos, provocando uma redução expressiva dos custos à medida que a produção aumenta; efeitos de aprendizagem; efeitos de coordenação, derivados da cooperação entre agentes que enfrentam o mesmo tipo de situação; e expectativas adaptativas”. Desta forma, isso implica para a matriz institucional que:

[...] instituições novas enfrentam elevados *set-up costs*, verificam-se efeitos de aprendizagem, derivados do conjunto de oportunidades oferecido pelo quadro institucional estabelecido, juntamente com efeitos de coordenação através de contratos com outras instituições e investimentos induzidos em atividades complementares e, finalmente, expectativas adaptativas, na medida em que o aumento do número dos contratos baseados em uma determinada instituição reduz as incertezas quanto ao futuro daquela instituição (NORTH, 1990 apud FIANI, 2002, p.50).

Como as relações econômicas no mundo real ocorrem em um ambiente dinâmico e em mercados imperfeitos, as instituições selecionadas em uma determinada economia nem sempre são as mais eficientes. Isto porque mesmo que as instituições não sejam eficientes elas podem apresentar retornos institucionais crescentes e assim persistirem. Logo, os mecanismos auto-reforçantes fazem com que a matriz institucional se mantenha *locked-in* e seja *path dependece*. Assim que são criadas as instituições, os mecanismos de auto-reforço mantêm as economias em *locked-in* nessa matriz institucional, mesmo que esta favoreça atividades improdutivas. Este processo impede que as atividades produtivas se desenvolvam de maneira mais eficiente. Com isto, como já descrito, as instituições criadas no passado e as do presentes determinam a matriz institucional futura caracterizando o *path dependece* (TOYOSHIMA, 1999).

É importante considerar também como fator da dinâmica de mudança institucional a relação entre regras formais e informais. As restrições informais são estabelecidas em decorrência da herança cultural de uma sociedade, e elas podem modificar ou suplementar as regras formais. Há uma interligação entre os dois tipos de instituição, no entanto as primeiras

são mais estáveis durante o tempo, pois estão arraigadas aos traços culturais da sociedade; enquanto que as regras formais podem ser alteradas de maneira mais rápida. Isso denota o caráter incremental da mudança institucional e a influência do *path dependece*. Esse fato também demonstra como a modificação nas regras formais muitas vezes é pouco aceita ou não cumprida pela sociedade (TOYOSHIMA, 1999). Quanto às mudanças dessa trajetória, North (1993, p.3) destaca que:

As organizações políticas e econômicas que surgiram em consequência da matriz institucional tipicamente têm uma participação na perpetuação do quadro existente. [...] Alterar ou reverter caminhos é resultado de fontes externas de mudança que enfraquecem o poder das organizações existentes e fortalecem ou dão origem a organizações com interesses diferentes, ou é resultado das consequências imprevistas das políticas das organizações existentes. Ou seja, os modelos mentais dos empresários que determinam as escolhas que eles fazem podem produzir consequências em desacordo com os resultados desejados; Essa variação leva ao enfraquecimento do poder das organizações existentes e ao surgimento de organizações com diferentes interesses. Os atores em tais situações serão empreendedores políticos cujos graus de liberdade irão aumentar em tais situações e, com base na sua percepção das questões, ganham a capacidade de induzir o crescimento de (ou reforçar as) organizações e grupos com interesses diferentes (NORTH, 1993, p.3, tradução nossa)²⁶.

Nesse contexto, os agentes da mudança institucional são os empresários ou os políticos, tomadores de decisões nas organizações, de uma forma geral, e as mudanças ocorrem através das oportunidades que surgem para estes agentes. A principal fonte de mudanças externas ocorre pelos preços relativos, como os de fatores de produção, informação e tecnologia. Já as mudanças endógenas podem ocorrer através da aprendizagem que leva os tomadores de decisão a construírem novos modelos mentais para compreender o ambiente, o que altera os preços relativos percebidos das possíveis opções. Assim os determinantes da mudança institucional geralmente são um misto de mudanças externas e endógenas. Como agentes de mudanças muitas vezes os empresários tentam modificar o ambiente institucional, principalmente através das regras formais, ou visam perpetuar um ambiente que lhes é favorável, seja pelas regras formais ou informais existentes (AREND; CÁRIO; ENDERLE 2012).

²⁶ Do original: The political and economic organizations that have come into existence in consequence of the institutional matrix typically have a stake in perpetuating the existing framework. [...] Altering or reversing paths is a result of external sources of change which weaken the power of existing organizations and strengthen or give rise to organizations with different interests, or it is a result of the unanticipated consequences of the policies of the existing organizations. That is, the mental models of the entrepreneurs that determine the choices they make may produce consequences at variance with their desired outcomes; this variance leads to the weakening of the power of existing organizations and the rise of organizations with different interests. The critical actor(s) in such situations will be political entrepreneurs whose degrees of freedom will increase in such situations and, on the basis of their perception of the issues, give them the ability to induce the growth of (or strengthen existing) organizations and groups with different interests (NORTH, 1994, p.3).

3.5 Análise Comparativa da Antiga Economia Institucional de Veblen e a Nova Economia Institucional de Douglass North

A definição do termo Economia Institucional pode remeter tanto a abordagem econômica proposta por Veblen, entre outros, ou a Nova Economia Institucional de Douglass North. Esta diferenciação se dá pela própria natureza das construções teóricas desses autores que apesar de serem definidas pelo tratamento do conceito de instituição, as abordagens apresentam diferenças consideráveis. Mesmo a natureza crítica dessas visões quanto à teorização neoclássica acerca do comportamento dos agentes possui divergências. Como um dos precursores da Antiga Economia Institucional, o que Veblen (1989) propõe é a superação das formas de análise econômica pautadas no agente racional e maximizador de utilidade em prol de uma economia “pós-evolucionária” que considera a evolução e dinâmica dos sistemas econômicos a partir da interação humana com o ambiente. Já North ([1993], 2010,) não se propõe a romper com o arcabouço teórico neoclássico, mas sim complementá-lo com a consideração das instituições como formas de “regras do jogo” e a racionalidade limitada dos agentes.

O próprio conceito de instituições tem semelhanças, mas sentido e função diferentes entre as abordagens desses autores. Na visão de Veblen as instituições são o resultado do processo de seleção e adaptação de hábitos mentais que estão em constante evolução. As instituições são a representação dos hábitos mentais prevaletentes no ambiente e como fatores de seleção moldarão os hábitos e instituições futuras. Enquanto que na concepção de North as instituições são a cristalização de modelos mentais compartilhados que funcionam como restrições formais ou informais com características impositivas. Elas moldam a interação humana e determinam os incentivos existentes em uma sociedade e também o seu desempenho econômico. Nas duas vertentes as instituições são elementos que determinam o comportamento dos agentes em uma sociedade, mas para Veblen elas correspondem aos hábitos que se tornam predominantes em uma sociedade, em um sentido não-teleológico, e moldam o comportamento social e econômico. Já na abordagem de North as instituições funcionam como formas de restrições, elas surgem para reduzir a incerteza em um ambiente complexo, elas podem reduzir ou ampliar os custos de transação.

As instituições nestas abordagens são o resultado do comportamento dos indivíduos e influenciam este também. A ação individual e a racionalidade dos agentes são tratadas de formas diferentes através dos conceitos de hábitos de pensamento e ação para Veblen e modelos mentais para North. Os hábitos em Veblen são um meio de retroalimentação entre as

instituições e o e as propensões instintivas do comportamento humano, eles carregam toda evolução histórica e cultural de uma sociedade e se estabelecem através da repetição e da rotina. Ao contrário do que pareça, os hábitos não representam um comportamento de imitação ou apenas repetitivo, eles são propensões, são um comportamento em potencial. O ambiente é que vai desencadear ou reforçar esses hábitos. Esse conceito é um dos mais relevantes na crítica de Veblen ao pressuposto de racionalidade ilimitada, pois os hábitos representam a forma como mecanismos “inconscientes” afetam o comportamento humano, em contraposto ao agente capaz de calcular todos os resultados de suas escolhas e tem informações completas sobre essas. Esse caráter “inconsciente” significa inserir a influência do ambiente e da evolução histórica nas escolhas dos agentes, em diversas situações o comportamento se sobrepõe as decisões que correspondem ao melhor resultado.

Como pressuposto de racionalidade North adota o pressuposto de racionalidade limitada de Simon, mas os modelos mentais são a representação e condicionamento da ação individual para o autor, eles são o resultado das experiências dos indivíduos tanto as provenientes do ambiente físico como do ambiente sociocultural. Eles são a forma de como os agentes sistematizam o conhecimento gerado a partir das suas experiências e utilizam para interpretar o ambiente. Nesse caso, os modelos compartilhados contribuem para facilitar a interação humana e formar as instituições. A herança cultural é um traço marcante na formação destes modelos, as experiências das gerações passadas condicionam as experiências presentes e estas, por conseguinte afetam as futuras. O compartilhamento de modelos mentais dentro de uma sociedade resulta no surgimento das ideologias, que são uma representação interna de como interpretar o ambiente, bem como quando compartilhados podem se transformas em regras informais ou até formais.

A consideração da herança cultural sobre os modelos mentais e instituições, por North, destaca que a história importa, esse é um dos pontos em comum com a abordagem vebleniana, a importância de se considerar o processo histórico dos fenômenos econômicos. Em ambas as abordagens a história contribui não apenas na formação do ambiente, mas na forma de como os agentes se comportam e interagem. Sobre esse aspecto outra semelhança entre estas abordagens é conseguirem abranger tanto aspectos do âmbito micro como macroeconômico e social. Os hábitos em Veblen representam o âmbito micro, pois representam o comportamento individual dos agentes e como esses interagem com o sistema; as instituições contemplam as questões macro, pois são os hábitos prevalentes em uma sociedade, elas sustentam as estruturas econômicas e sociais. Já em North o aspecto micro está representado nos modelos mentais e nas ideologias, as instituições podem interferir tanto no nível micro quanto macro,

umas vez que restringem o comportamento dos indivíduos e organizações, mas também determinam o desempenho econômico de um país ou região.

As instituições, em qualquer uma das abordagens, ainda que com significantes diferenças, representam uma certa “estrutura” normativa. Em Veblen os aspectos culturais de uma sociedade estão presentes nos hábitos e o processo de seleção desses formam as instituições. A formação dessas estruturas sociais a partir dos hábitos fica bem evidente em *A Teoria da Classe Ociosa* ([1899], 1983) onde Veblen faz uma análise sobre a sociedade americana do final do Século XIX demonstrando como os hábitos se manifestavam através dos costumes, regras de etiqueta, religiosidade, formas de se vestir, etc., e como isso sustentava as maneiras de comportamento da maior parte da classe industrial americana e, por vezes, de alguma forma se tornava um empecilho ao próprio progresso técnico. A definição de Classe Ociosa é justamente por essa tentar demonstrar o “não trabalho” ou ociosidade, demonstrando isso através desses hábitos, formando instituições que sustentassem essa diferenciação mantendo uma certa estabilidade dessa classe em torno dessas normas.

Da mesma forma, ainda que sob uma ótica diferente, essa manutenção das estruturas sociais e econômicas é exercida pelas instituições em North. E isto ocorre sejam pelas regras formais ou informais. Levando em conta as regras formais é mais fácil compreender como as restrições institucionais exercem essa manutenção, visto que as regras formais se manifestam em leis, normas, decretos, na qual o não cumprimento implica algum tipo de sanção; além do que, sua criação tem justamente esse objetivo, normatiza as relações sociais ou econômicas. Mas as instituições informais podem ter um peso até maior que as formais, pois correspondem a toda herança cultural de uma sociedade, ainda que as formais também reflitam isso, e por isto levam mais tempo para se modificar ao longo do tempo. Mas para a efetivação do objetivo para qual uma regra formal é criada é necessário que essa se sustente em um conjunto de regras informais que garantam que ela se auto-reforce e seja cumprida. É preciso considerar também a atuação das organizações e grupos de interesse nesse processo visto que esses são agentes diretos da mudança institucional, o complemento entre instituições formais, informais e seus interesses geram a “estabilidade” do sistema socioeconômico, seja ela eficiente ou não.

As possibilidades de mudança institucional também possuem aspectos bastante distintos entre as duas abordagens. A construção da matriz institucional em Veblen depende do processo de causação cumulativa, que é uma sequência cumulativa que opera através dos mecanismos de “seleção, variação e herança”. Para o autor, a história não tem uma tendência de trajeto, não necessariamente ela segue um curso determinado, por isso as instituições

formadas ao longo do tempo podem contribuir ou não para o progresso econômico. Toda a carga da evolução histórica e cultural que sustenta as instituições influencia o comportamento dos indivíduos através dos hábitos. No entanto, os indivíduos também são agentes ativos com capacidade de alterar as instituições, logo a mudança nos hábitos e na ação dos indivíduos pode provocar a mudança institucional de forma endógena e os hábitos são o elo de retroalimentação desse processo.

Já na perspectiva de North a manutenção da estrutura institucional se dá pelo conceito de *path dependence*. Essa dependência da trajetória é o que determina o quanto o processo de evolução histórica de uma sociedade determina as instituições vigentes e futuras. O processo de auto-reforço é que determina a perpetuação das instituições, sejam formais ou informais. Mas para esse autor a mudança institucional também ocorre através de fontes externas de mudança. Os preços relativos são a principal fonte de mudança nesse sentido, uma interpretação errada dos sinais externos pode enfraquecer o poder das organizações existentes e fortalecer ou originar novos grupos de interesse. Já a mudança endógena para North ocorre através da aprendizagem que alteram os modelos mentais das organizações e grupos de interesse, alterando a percepção dos preços relativos e retornos esperados. Logo, as mudanças institucionais geralmente ocorrem por um misto de mudanças externas e endógenas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal analisar o aspecto da racionalidade dos agentes para duas vertentes da Economia Institucional sendo elas a Antiga Economia Institucional de Thorstein Veblen e a Nova Economia Institucional de Douglass North, identificando como o processo de decisão econômica era influenciado pelas instituições e como as influenciam. Deste modo uma das primeiras descrições realizadas é do próprio conceito de instituição, que nomeia as duas vertentes e, tem significados diferentes para os autores. Para Veblen as instituições são um fator moldador das ações dos indivíduos e da sociedade de uma forma geral, enquanto que para North, as instituições funcionam como formas de restrição, tendo um sentido de “regras do jogo”.

Cabe destacar da exposição teórica e da análise os aspectos de crítica das duas abordagens quanto à teoria econômica neoclássica. Essas críticas recaem principalmente sobre o pressuposto de racionalidade ilimitada, a diferença entra a visão crítica dos autores é que Veblen propõe a superação dessa hipótese através de uma análise “pós-evolucionária”, com grande influência da biologia, e onde a racionalidade e a ação humana estão fortemente relacionadas a um sistema de “instintos-hábitos-instituições”. Enquanto que North não busca romper com a teoria neoclássica, mas complementa-la através da adoção de uma hipótese de racionalidade limitada, e onde a ação dos agentes está condicionada aos seus modelos mentais e as restrições institucionais. Para ambos, o tempo desempenha um papel a ser considerado nos processos de mudança econômica.

Em linhas gerais o que os dois autores buscam modificar quanto aos pressupostos neoclássicos é a hipótese da ergodicidade. Essa hipótese sustenta a possibilidade de um ambiente que emita todas as informações necessárias para a decisão econômica de forma perfeita e que os agentes tenham total acesso e capacidade plena de computação desses dados para maximizarem suas utilidades. Isto implica no pressuposto de racionalidade ilimitada dos agentes, por estas características, eles, em média, não cometem erros de decisão e, quando isto ocorre o mercado corrige estas falhas. Como as preferências individuais são exógenas e não é influenciada pelos outros agentes, a intersecção entre dotações e preferências dos agentes permite a compatibilização entre as decisões de oferta e demanda, gerando uma situação de equilíbrio. O pressuposto de racionalidade ilimitada é um dos pilares de uma economia que tende ao equilíbrio, mas só se sustenta com a consideração de um ambiente sem presença de incerteza, com a homogeneidade dos bens e informações simétricas.

Logo, a grande diferença das vertentes identificadas como Economia Institucional, seja a Antiga Economia Institucional de Veblen ou a NEI de North, em relação ao postulado de racionalidade neoclássico é principalmente o rompimento com a hipótese da ergodicidade, como mencionado a pouco, e conseqüentemente com o pressuposto de racionalidade limitada. Quanto à relação entre a racionalidade e as instituições, a dinâmica entre essas é relevante para os autores. Na abordagem vebleniana as instituições são formadas a partir do processo de evolução e seleção dos hábitos, e aqueles que se tornam prevaletentes em uma sociedade se tornam instituições, o que não garante que gerem progresso econômico, pois não possuem um sentido determinado. Isso ocorre pelo processo de causação cumulativa, o que torna a história relevante, pois ela está representada nos hábitos de pensamento em uma sociedade e moldam o comportamento dos indivíduos e estes por sua vez como agentes ativos podem modificar também as instituições. Enquanto que para North os modelos mentais compartilhados geram ideologias, que são formas de interpretação do ambiente que os indivíduos formam. As instituições são formas de modelos mentais e restringem o comportamento humano, nesse sentido, determinam o desempenho econômico de uma sociedade. A herança cultural se manifesta nas instituições através do *path dependence*, e essa representação determina o desempenho econômico, mas não garante, também, que ele seja eficiente. E a mudança institucional pode ocorrer por fatores externos e pela má interpretação desses pelos agentes econômicos, ou a mudança de interesses das organizações dentro do próprio sistema.

A definição de Economia Institucional como um ramo específico das Ciências Econômicas pode ser algo controverso, até certo ponto, dada tamanha divergência entre as propostas de análise da Antiga e da Nova Economia Institucional. As duas vertentes mostram semelhanças como a consideração dos aspectos históricos dos fenômenos econômicos, a superação do pressuposto de racionalidade ilimitada e informações simétricas da teoria neoclássica, além de evidentemente a importância das instituições. Mas é preciso reconhecer que as propostas são bastante distintas, o que Veblen propõe é uma teoria econômica “evolucionária” multidisciplinar como influência da biologia, psicologia e sociologia. O que North propõe é uma revisão do aparo econômico neoclássico, ainda que considere a história e avance na utilização de teorias cognitivas para interpretar as ações humanas e, nos textos mais recentes se aproxime mais da abordagem da Antiga Economia Institucional do que do corpo teórico pela qual foi reconhecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo social**, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a02>. Acesso em: 05 mai. 2017, 23:35:40
- ALMEIDA, F. The psychology of early institutional economics: The instinctive approach of Thorstein Veblen's conspicuous consumer theory. **Economia**, v. 16, n. 2, p. 226-234, 2015. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1517758015000168>. Acesso em: 10 mai. 2017, 23:40:30
- AREND, M.; CARIO, S. A. F.; ENDERLE, R. Instituições, inovações e desenvolvimento econômico. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. ISSN 1806-9029**, v. 23, n. 1 (41), 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12381>. Acesso em: 10 mai. 2017, 14:40:20
- AVILA, R I. A relação indivíduo-sociedade: três prismas teóricos. **A Economia em Revista AERE**, v. 18, n. 1, p. 5-12, 2011. Disponível em: <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/12930>. Acesso em: 05 mai. 2017, 23:45:10
- BLAUG, M. **Metodologia e Economia ou como os economistas explicam**. Edusp: São Paulo, 1999. In: STEINGRABER, R.; FERNANDEZ, R. G. **A racionalidade limitada de Herbert Simon na Microeconomia**.
- CAVALCANTE, C. M. **Análise Metodológica da Economia Institucional**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal Fluminense, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237499031_ANALISE_METODOLOGICA_DA_ECONOMIA_INSTITUCIONAL. Acesso em: 05 mai. 2017, 23:25:00
- CAVALCANTE, C. M. Institutional economics and the three dimensions of institutions. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 18, n. 3, p. 373-392, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482014000300373&script=sci_arttext. Acesso em: 05 mai. 2017, 23:30:20
- CAVALIERI, M. A. R. O surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen: economia política, tempo e lugar. **Economia e Sociedade** 22.1; 2015. p. 43-76.
- COMMONS, JOHN R. The legal foundations of capitalism. New York: Macmillan, 1924. In: HODGSON, G. **The approach of institutional economics**. Journal of Economic Literature. Vol 36, 1998. p.166-192
- CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de economia contemporânea**. Rio de Janeiro. Vol. 6, n. 2, jul./dez. 2002 p. 119-146
- _____. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Análise econômica**. Porto Alegre. Vol. 19, n. 36 (set. 2001), p. 25-45. 2001.
- _____. Há compatibilidade entre a "tecnologia social" de Nelson e a "causalidade vebleniana" de Hodgson? **Revista de economia política**, v. 32, n. 1, p. 109-127, 2012.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v32n1/07.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2017, 15:32:40

CRUZ, M. **Thorstein Veblen: O teórico da Economia Moderna, Teoria Econômica, Psique e Estética da Ordem Patriarcal**. 2014. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/anexos/C6CA36E075977D806AB2A8FC4B5EF6C4.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2017, 15:20:10

DENZAU, A. T.; NORTH, D. C. Shared mental models: ideologies and institutions. **Kyklos**, v. 47, n. 1, p. 3-31, 1994.

DA SILVA, V. L. Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen. **Política & Sociedade**, v. 9, n. 17, p. 289-323, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/15681>. Acesso em: 05 mai. 2017, 20:35:10

FERRARI FILHO, F.; CONCEIÇÃO, O. A. C. A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível?. **Nova Economia**, v. 11, n. 1, 2009. Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/384>. Acesso em: 05 mai. 2017, 21:05:20

FIANI, R. Crescimento econômico e liberdades: a economia política de Douglass North. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 45-62, 2002.

GALA, P. A. Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, volume 23, no (90), São Paulo, Abril-Junho, 2003.

GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GUEDES, S. N. R. **Observações sobre a economia institucional: há possibilidade de convergência entre o velho e o novo institucionalismo?**; Encontro Nacional de Economia Política, 5, Fortaleza, 2000.

HERSCOVICI, A. A economia neoclássica: uma análise lakatosiana da cheia do mainstream até sua implosão. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4 (141), p. 780-798, out/dez. 2015.

HODGSON, G. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**. Vol 36, p.166-192, 1998.

_____. Veblen and Darwinism. **International Review of Sociology/Revue Internationale de Sociologie**, Vol. 14, No. 3, 2004a.

_____. Reclaiming habit for institutional economics. **Journal of economic psychology**, v. 25, n. 5, p. 651-660, 2004b.

_____. Choice, habit and evolution. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 20, n. 1, p. 1-18, 2008.

HOFMANN, R. M.; PELAEZ, V. A racionalidade na teoria econômica: entre individualismo metodológico e estruturalismo. **Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia**. Salvador, 2008. Disponíveis em:

https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31390273/200807020859020-.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1510201382&Signature=kgucYgFscQRaCrDyOKJ19rFAVEo%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA_racionalidade_na_teor%C3%ADa_racionalidade_na_teor%C3%ADa_economica_entr.pdf.

Acesso em: 12 mai. 2017, 15:40:30

KOBLITZ, A. Simon e racionalidade limitada. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 7, n. 2, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 4, p. 619-637, 2013.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010131572013000400004&script=sci_arttext. Acesso

em: 05 mai. 2017, 22:32:10

MELO, T. M.; FUCIDJI, J. R. Racionalidade limitada e a tomada de decisão em sistemas complexos. **Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política**, v. 36, n. 3, 2016.

MONASTERIO, L. M. Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”. **Cadernos IHU Idéias**, v. 42, n. 3, 2005. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/042cadernosihuideias.pdf>. Acesso

em: 05 mai. 2017, 22:20:10

MUNHOZ, D.G. **Economia Aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica**. Brasília: UnB, 1989.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**, Cambridge University Press, Cambridge, 1990. In: TOYOSHIMA, S. **Instituições e desenvolvimento econômico: uma análise crítica das idéias de Douglass North**.

_____. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**- Volume 5, N 1- p. 97-112, 1991a.

_____.Institutions, ideology, and economic performance. **Cato J.**, v. 11, p. 477, 1991b.

_____. et al. Institutions, transaction costs and productivity in the long run. **Washington University in St. Louis**, 1993.

_____. Desempenho econômico através do tempo. **Revista de Direito Administrativo – RDA**. Rio de Janeiro, v. 255, p. 13-30, set/dez 2010.

NEUBERGER, D.; DA SILVA, P. X.; CÁRIO, S. A. F. **Cem Anos entre Arcabouços Teóricos Complementares: Thorstein Veblen e Geoffrey Hodgson**. Anais do XX Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC, 2015. Disponível em:

<http://www.anpec.org.br/novosite/br/xx-encontro-de-economia-da-regiao-sul--artigos-selecionados>. Acesso em: 12 mai. 2017, 14:40:20

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 5ª edição. São Paulo: Makron, 2002

PRADO, E. FS. A teoria neoclássica (pura) e a teoria neo-austríaca frente ao legado cartesiano. **Análise Econômica**, v. 12, n. 21 e 22, 1994a.

_____. A constelação pós-walrasiana. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 4, p. 110-117, 1994b.

_____. O caráter monológico da racionalidade Neoclássica. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 26, n. 4, p. 7-34, 1996.

RUTHERFORD, M. Institutional Economics: then and now. **Journal of Economic Perspectives**, Volume 15, Número 3, pp.173-194, 2001.
Disponível em: <https://www.iei.liu.se/nek/730A22/filarkiv-2013/del-1aandersson/1.516351/RutherfordInstEcthenandnow.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017, 14:38:00

SALLES, A. O. T.; CAMATTA, R. B. **O Utilitarismo de Jevons e a crítica de Veblen acerca da teoria do consumo**. Revista Economia Ensaios, Uberlândia (MG), 28 (2), p. 77-108, Jan./Jun. 2014. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/24817>. Acesso em: 15 mai. 2017, 14:30:00

STEINGRABER, R.; FERNANDEZ, R. G. A racionalidade limitada de Herbert Simon na Microeconomia. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 34, 2013.

TOYOSHIMA, S. **Instituições e desenvolvimento econômico: uma análise crítica das idéias de Douglass North**. IPE-USP - Estudos Econômicos, vol. 29, nº 1, 1999.

VALDIVIESO, Susana. North y el cambio histórico: luces y sombras de la nueva historia institucional. **Revista de economia institucional**, v. 3, n. 4, 2008.

VEBLEN, T. **Why is Economics not an Evolutionary Science?** E:CO Issue Vol. 12 No. 2 2010 [1989] pp. 41-69. Disponível em:
https://emergentpublications.com/ECO/ECO_other/Issue_12_2_6_CP.pdf?AspxAutoDetectCookieSupport=1. Acesso em: 14 mar. 2017, 15:40:10

_____. **The limitations of marginal utility**. VEBLEN, T. The place of Science in modern civilisation and other essays. The collected works of Thorstein Veblen. London: Routledge/Thoemmes Press, 1994 [1909]. In: CAVALIERI, M. A. R. **O surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen: economia política, tempo e lugar**.

_____. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1ed; 1983 [1899].

_____. **The instinct of workmanship and the state of industrial arts**. The collected works of Thorstein Veblen. London: Routledge/Thoemmes Press, 1994 [1914].

_____. The instinct of workmanship and the irksomeness of labor. **American Journal of Sociology**, v. 4, n. 2, p. 187-201, 2013 [1898]. Disponível em: <https://archive.org/details/jstor-2761796>. Acesso em: 05 mai. 2017, 23:35:40

_____. The place of science in modern civilization. **American Journal of Sociology**, v. 11, n. 5, p. 585-609, 2010 [1919]. Disponível em: <https://archive.org/details/placeofsciencein00vebl>. Acesso em: 05 mai. 2017, 21:35:40

_____. Essays in our changing order. New York: Augustus M. Kelley, reimp. 1964. (1. ed. 1934). In: MONASTERIO, L. M. Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa

